

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DIREITO À ALIMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL
12, 13 e 14 de Junho de 2007

DOCUMENTO DE SÍNTESE



Sala de Conferências dos Reais Paços de Maconge

**LUBANGO (HUILA)
ANGOLA**

Comissão Organizadora



Apoios:



Julho, 2007

ÍNDICE

1. Enquadramento e justificativa	3
2. Objectivos, temas em debate e metodologia	6
3. Programa do seminário	7
4. Resultados do inquérito realizado	8
5. Síntese das discussões e actividades	10
6. Trabalhos de Grupo	25
7. Conclusões	32
8. Mensagem de Jean Ziegler (<i>Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação</i>)	34
9. Discurso de Encerramento	35

ANEXOS

I. Comissão Organizadora	37
II. Listagem de Participantes	38
III. Declaração da Sociedade Civil	42
IV. Declaração Final do Seminário	43
V. Notas de Imprensa	45

Resumo Executivo

Este documento contém uma síntese das actividades desenvolvidas durante os dias 12, 13 e 14 de Junho de 2007 no âmbito do Seminário Internacional *"Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural"* que decorreu no Lubango (Huila) em Angola. Este Seminário foi organizado pelo Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, IFSN/ActionAid – Rede Internacional de Segurança Alimentar, Escola Superior Agrária de Coimbra, ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e Vicentina – Associação de Desenvolvimento Local e contou com apoio da FAO, AECL e Programa LEADER.

Durante os dois primeiros dias mais de setenta participantes debateram temas relacionados com o Direito Humano à Alimentação, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Desenvolvimento Rural envolvendo um conjunto diversificado de actores da sociedade civil, Governo, organismos internacionais e instituições académicas. Para além de exposições realizadas por especialistas nacionais e internacionais nas várias temáticas em debate, realizaram-se também trabalhos de grupo com todas as organizações. O seminário permitiu uma partilha de experiências importante entre as diversas organizações angolanas e possibilitou, ainda, conhecer a experiência de outros países, nomeadamente Brasil e Moçambique. O dia 14 foi reservado para visitas de estudo a projectos no terreno na província de Huila. As organizações da sociedade civil presentes no seminário decidiram iniciar um trabalho de articulação em rede para interlocução junto dos órgãos do governo e instituições internacionais nos aspectos relacionados com as políticas de SAN tendo-se comprometido a divulgar os resultados do seminário junto daquelas que não puderam estar presentes. Entre as principais conclusões destaca-se a importância assumida pelo Direito à Alimentação e a consequente necessidade da sua integração nas estratégias e políticas de SAN no país; destaca-se, também, a necessidade de criar mecanismos que facilitam a participação da sociedade civil no diálogo com o governo e organismos internacionais no que diz respeito às estratégias e programas relacionados com a segurança alimentar.

No âmbito desta iniciativa foi construída uma página de Internet (www.seminariolubango.org) onde se disponibiliza toda a informação relativa ao seminário e onde podem ser encontrados também documentos e bibliografia relacionados com os temas em debate.

1. ENQUADRAMENTO E JUSTIFICATIVA

O seminário que a seguir se apresenta insere-se num contexto de crescente reconhecimento da questão alimentar enquanto elemento básico inerente aos processos de desenvolvimento dos países como expressão do Direito Humano à Alimentação. A importância deste direito humano assume-se como condição inalienável dos povos na medida em que a condição humana dos indivíduos não lhes permite, independentemente da sua própria vontade, abdicarem da alimentação enquanto necessidade básica à vida. Neste sentido, sugere-se incorporá-lo como principal orientador na formulação de estratégias e programas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no quadro das políticas públicas de combate à fome, pobreza e desigualdade social. Por outro lado, cabe ainda salvaguardar o princípio da *Soberania Alimentar*, isto é, assegurar o direito de cada país de definir as suas próprias políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos.

“Existe Segurança Alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável” (Declaração de Roma, CMA 1996).

O Direito Humano à Alimentação, reconhecido desde 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, vem sendo reiterado como “direito humano básico” em várias instâncias, tal como demonstrado nos inúmeros documentos assinados pela comunidade internacional¹ ou citados em ocasiões relevantes. A garantia desse direito implica o envolvimento de toda a sociedade, cabendo ao Estado um papel fundamental na criação de oportunidades para que a sociedade civil possa participar na formulação, implementação e monitoramento das políticas com ele relacionadas. Em 2004, o Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) aprovou as *“Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação”* que contêm um conjunto de recomendações para que os países cumpram as obrigações inerentes a esse direito e o realizem progressivamente em cada contexto nacional.

No actual quadro internacional, milhões de pequenos agricultores dos países do Sul têm sido colocados à margem do modelo de agricultura dominante (agro-exportador) com graves implicações quer em termos económicos, quer sociais - concentração fundiária, abandono das terras pelos pequenos agricultores, migrações rural-urbano, impactos ambientais, homogeneização da produção, perda de biodiversidade, introdução de patentes, utilização de OGMs, vulnerabilidade das economias nacionais, entre outras. O facto de a grande maioria dos famintos do mundo serem agricultores e, maioritariamente, mulheres, que vivem em zonas rurais confirma esse quadro. É por isso que a implementação de estratégias de segurança alimentar requer uma abordagem multidimensional e integrada, que coloque seu foco principal no mundo rural e que reconheça a necessária intersectorialidade das várias políticas, particularmente no meio rural. Só dessa forma é possível reconhecer a necessária articulação entre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural, cuja importância se manifesta no papel central que a primeira pode cumprir na implementação de estratégias mais equitativas e sustentáveis na resolução dos graves problemas das populações rurais.

Hoje, no mundo, existem 854 milhões² de pessoas não possuem alimentos suficientes para terem uma vida saudável, dos quais 206 milhões vivem na África subsaariana – região onde se localiza Angola e os demais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Aliás, em termos relativos a África Subsaariana é a região do globo mais afectada por esses graves problemas na medida em que uma em cada três pessoas (32% população) se encontra em estado de desnutrição, a manifestação mais

¹ *Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais* (1966); *Declaração Universal sobre Erradicação da Fome e Desnutrição* (1974); *Declaração dos Direitos da Criança* (1959); *Convenção dos Direitos da Criança* (1989); *Convenção da Organização Mundial do Trabalho*; *Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação* (1996); etc.

² FAO (2006). *The State of Food Insecurity in the World 2006*. Rome: FAO. Os dados do estudo referem-se ao período 2001/03.

grave de insegurança alimentar (FAO, 2006). Todos os PALOP revelam indicadores preocupantes em matéria de pobreza e insegurança alimentar (veja-se os principais dados internacionais constantes da Tabela 1) o que demonstra a necessidade de se redobram os esforços para combater esses problemas.

Tabela 1 - Alguns indicadores de pobreza e insegurança alimentar nos PALOP

Indicadores		Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe
Pessoas Subnutridas (Milhões)	2001-03	5,0	--	0,60	8,3	--
População Subnutrida (%)	2001-03	38	--	39	45	10
Esperança média de vida à nascença		41,0	70,7	44,8	41,6	63,2
Taxa de mortalidade infantil	1970	180	--	--	168	--
	2004	154	27	126	104	75
Crianças (< 5 anos) com peso abaixo do normal (%)		31	14	25	24	13
Crianças (< 5 anos) com altura abaixo do normal (%)		45	16	31	41	29
População sem acesso a água (%)		47	20	41	57	21
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2004)	Posição	161	106	173	168	127
	IDH	0,439	0,722	0,349	0,390	0,607
População sem acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		69	57	65	68	75

Fonte: SOFI (FAO, 2006); Relatório do Desenvolvimento Humano 2006 (PNUD, 2006); FAOSTAT (FAO, 2006);

A crescente consciencialização em torno destas questões tem colocado o combate à fome como prioridade na agenda de quase todos os governos e instâncias internacionais. Durante a Cimeira Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma em 1996, estabeleceu-se o objectivo de reduzir para metade o número de pessoas desnutridas até 2015. Este objectivo viria depois a ser incorporado aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) aprovados em 2001 pelos países membros das Nações Unidas. No âmbito desses processos assume particular importância uma participação activa da sociedade civil ao nível da discussão e formulação de políticas de SAN e Desenvolvimento Rural, onde a intervenção de organizações de base local têm um papel determinante no combate à insegurança alimentar. É por isso que a construção institucional da SAN em cada país deve promover uma crescente articulação entre governos e sociedade civil, por exemplo, através de conselhos de representação social, os quais têm revelado resultados bastante animadores em vários países.

Esta questão é particularmente importante em Angola face aos seus desafios de desenvolvimento, sendo urgente a necessidade de estimular o debate em torno da criação de um quadro institucional adequado ao estabelecimento de políticas nesta área, que deverá ser considerado prioritário para as organizações não governamentais, para os doadores e para o Governo. Em Angola a emergência da sociedade civil ocorre de forma mais consolidada a partir da década de 1990 quando os processos de democratização em curso possibilitaram uma maior abertura de espaço para a organização social. Hoje existe já um número crescente de organizações que trabalham com temáticas ligadas ao Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, mas estas ainda carecem de reforço tanto em termos de recursos humanos como de recursos materiais.

Ao nível dos países do Sul verifica-se que o Brasil possui uma experiência muito relevante em matéria de participação social e de políticas de segurança alimentar de que é exemplo o “Programa Fome Zero” e a recente aprovação da Lei Orgânica Nº 11.346³ que institui o *Sistema Nacional de Segurança Alimentar*. No âmbito dessa temática, também a criação de redes como o *Fórum Brasileiro de SAN* composto pela sociedade civil organizada e de alguns espaços públicos de discussão como o Conselho

³ Consulte a Lei Orgânica Nº 11.346 em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) demonstram progressos no que tange ao envolvimento de diversos quadrantes da sociedade na discussão.

No caso do continente africano, parece muito interessante a experiência de Moçambique com a Rede de Organizações para a Soberania Alimentar (ROSA) através da qual a sociedade civil tem mantido uma posição atenta e interventiva relativamente às políticas públicas de SAN e de desenvolvimento rural no país e no contexto internacional.

Não obstante as peculiaridades de cada país referido, pode-se afirmar que há um traço geral comum que diz respeito à importância das dimensões agrícola e rural nas respectivas problemáticas alimentares e nutricionais, justificando o esforço por estabelecer um intercâmbio de experiências entre organizações sociais, governos, instituições de ensino e pesquisadores que se dedicam a este tema.

No caso de Angola, o actual momento revela-se particularmente importante para promover esta discussão na medida em que o Governo, com o apoio técnico da FAO, iniciou o processo de discussão e definição de uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) para o país, a qual irá dar corpo a um Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) abrangente que articule diversas iniciativas sectoriais e crie um quadro institucional adequado para a sua execução.

Já em Novembro de 2006 estava prevista a realização de um Seminário Internacional em Luanda sobre a temática do Direito à Alimentação que não chegou a acontecer, pelo que esta iniciativa no Lubango pode ser importante para manter viva a discussão desta temática em Angola e para continuar motivando as várias instâncias a unir esforços e trabalhar conjuntamente.

É neste contexto que um conjunto de organizações entendeu ser oportuna a realização deste Seminário Internacional *"Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural"*. A comissão organizadora deste seminário é composta pelo *Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, IFSN/ActionAid – Rede Internacional de Segurança Alimentar, Escola Superior Agrária de Coimbra, ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e Vicentina – Associação de Desenvolvimento Local*⁴.

Em termos de resultados espera-se que este seminário tenha contribuído para o debate sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação em Angola. A discussão sobre estes conceitos procurou evidenciar o carácter multidimensional desta temática e, conseqüentemente, a necessidade de se adoptarem políticas e estratégias intersectoriais que envolvam os vários quadrantes governamentais, numa lógica de acção colectiva e concertada.

A partilha de experiências através do contributo trazido por representantes de organizações de outros países como Brasil, Moçambique e Portugal certamente ajudou a definir de filosofias de trabalho e estratégias mais consolidadas em torno desses processos. Por outro lado, este seminário tentou também contribuir para iniciar um processo de articulação em rede entre as organizações da sociedade civil para trabalhar as questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural e direito à alimentação, tentando fortalecê-las para um diálogo mais profícuo com o Governo sobre as estratégias de SAN.

⁴ Ver detalhes destas organizações no Anexo I.

2. OBJECTIVOS, TEMAS EM DEBATE E METODOLOGIA

Este seminário teve como **objectivo geral** discutir o tema do Direito Humano à Alimentação e da sua articulação com o Desenvolvimento Rural de forma ampla e envolvendo um conjunto diversificado de actores da sociedade civil, Governo, organismos internacionais e instituições académicas. Ao reunir um conjunto alargado de organizações da sociedade civil procurou-se discutir a oportunidade para iniciar um trabalho em Rede para interlocução junto dos órgãos do governo e instituições internacionais nos aspectos relacionados com as políticas de segurança alimentar e nutricional. Para tal, foram definidos os seguintes **objectivos específicos**:

- Discutir o conceito do direito humano à alimentação, assim como o conteúdo das Directrizes Voluntárias aprovadas pela FAO, envolvendo os representantes das organizações governamentais e não-governamentais, agências das Nações Unidas, académicos e outros actores presentes;
- Analisar a situação em termos de segurança alimentar e perspectivas de desenvolvimento rural nas diferentes províncias de Angola e o papel da sociedade civil na sua promoção.
- Discutir o papel do Estado na promoção da segurança alimentar e desenvolvimento rural, com olhar particular para as políticas públicas e estrutura institucional existente;
- Discutir o papel das instituições de ensino superior e outras instituições de pesquisa e investigação na promoção do segurança alimentar e do desenvolvimento rural;
- Conhecer e debater a experiência de outros países na implementação de programas e políticas para a realização do direito a uma alimentação adequada (Brasil e Moçambique);
- Discutir os aspectos operacionais da criação de uma Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar em Angola.

O seminário foi estruturado nos seguintes **temas que orientaram os debates**:

TEMA 1: Direito Humano à Alimentação

TEMA 2: A construção da Segurança Alimentar no Brasil e Moçambique

TEMA 3: A construção da Segurança Alimentar em Angola

TEMA 4: Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural em Angola

TEMA 5: Filosofias e Metodologias de trabalho no Desenvolvimento Rural

TEMA 6: O papel das Universidades na promoção da Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural

A **metodologia** do seminário consistiu num conjunto de palestras subordinadas aos grandes seis temas em debate realizadas por especialistas nacionais e internacionais convidados. Nessas palestras procurou-se explorar alguns conceitos teóricos mas, sobretudo, debater a situação de Angola em termos da construção institucional da SAN, aproveitando a troca de experiências com os exemplos trazidos do Brasil e Moçambique. Realizaram-se também dois painéis de discussão: No *Painel 1 – O papel das organizações da sociedade civil de Angola na segurança alimentar e desenvolvimento rural*, as entidades presentes organizaram-se em grupos de trabalho. No *Painel 2 – Segurança alimentar e desenvolvimento rural: o papel das Universidades*, académicos e outros actores presentes foram estimulados a discutir o papel das instituições de ensino superior na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. O último dia foi reservado para a realização de visitas de estudo na Província de Huila com o objectivo de conhecer alguns projectos de segurança alimentar no terreno desenvolvidos por organizações da sociedade civil presentes no seminário.

Todos os participantes receberam também um CD com documentação específica sobre as temáticas em discussão, bem como um “Guia” metodológico para a realização de Diagnósticos Rápidos sobre a realização do Direito à Alimentação.

3. PROGRAMA DO SEMINÁRIO

Dia 12 de Junho (Terça-Feira)

Sessão de Abertura

08:30H – 09:00H Recepção dos participantes

09:00H – 09:30H Sessão de abertura

Oscar Isalino (Director Provincial de Saúde), Kamia Carvalho (UNHRO Angola); Margarida Ventura (ISPRA-Lubango), Guilherme Santos (ADRA)

TEMA 1: Direito Humano à Alimentação

Moderadora: Kamia Carvalho (UNHRO Angola)

09:30H – 10:00H **O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**

10:00H – 10:30H **As Directrizes Voluntárias da FAO para a realização do DHAA**

Xavier Papet (FIAN International)

10:30H – 10:40H **O Programa PESA e o Direito à Alimentação**

Alberta Mascaretti (FAO (TCOS)/PESA, Roma)

10:45H – 11:15H Discussão

11:15H – 11:30H Pausa para Café

TEMA 2: A construção da Segurança Alimentar no Brasil e Moçambique

Moderadora: Marta Antunes (Coordenadora Global do IFSN/ActionAid)

11:30H – 11:50H **O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) de Moçambique**

Tomas Siteo (SETSAN, Moçambique)

11:50H – 12:10H **A experiência da ROSA - Rede da Sociedade Civil para a Soberania Alimentar em Moçambique**

Filipe Pequenino (ROSA, Moçambique)

12:10H – 12:30H **Políticas e Instituições de coordenação em Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**

Regina Miranda (CONSEA, Brasil)

12:30H – 13:00H Discussão

13:00H – 14:00H Almoço

TEMA 3: A construção da Segurança Alimentar em Angola

Moderadora: Carmen Lahoz (Consultora Internacional DHAA)

14:30H – 15:00H **A situação da insegurança alimentar e vulnerabilidade em Angola**

Rosa Pacavira (Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto)

15:00H – 15:30H **Processo de formulação do Programa Nacional de Segurança Alimentar em Angola**

Carmen Lahoz (Consultora Internacional DHAA)

15:30-16:00H **O Programa Nacional de Nutrição em Angola**

Paulina Semedo (Ministério da Saúde, sector nutrição)

16:00H – 17:00H Discussão

16:30H – 17:00H Pausa para Café

Dia 13 de Junho (Quarta-Feira)

TEMA 4: Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural em Angola

Moderador: Alves Primo (ADRA)

08:30H – 10:00H **PAINEL 1 – Experiências das organizações angolanas na Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural**

11:00H – 13:00H **Trabalho de Grupo**

Facilitadores: Kamia Carvalho (UNHRO Angola), Filipe Pequenino (ROSA, Francisco Sarmiento (ActionAid/Right to Food); João Pinto (Consultor IFSN), Marta Antunes (IFSN/ActionAid); Miguel Malta (ESAC)

13:00H – 14:00H Almoço

TEMA 5: Filosofias e Metodologias de Desenvolvimento Rural

Moderador: Miguel Malta (Escola Superior Agrária de Coimbra)

14:00H – 14:20H **Da Segurança Alimentar ao Desenvolvimento Rural: a experiência da ACH**

Vincent Panzani (Acción Contra el Hambre)

14:20 - 14:40 H **Metodologia de Desenvolvimento Rural - a experiência da ADRA**

Hélder Marcelino (ADRA)

14:40 – 15:00 H **As Escolas de Campo (ECAs)**

Cyprien Ndambi (PESA/FAO)

15:00 – 15:30 H Discussão

TEMA 6: O papel das Universidades na promoção da Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural

Moderador: Carlos Ribeiro (Instituto Superior Privado de Angola)

15:30H – 16:30H **PAINEL 2 – Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural: O papel das Universidades**

Fernanda Lages (ISCED/ISPRA)

Joaquim Moraes (Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto)

Rosa Pacavira (Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto)

José Carlos Dias Pereira (Escola Superior Agrária de Coimbra)

16:30H – 17:00 Pausa para Café

17:00H – 18:00H Apresentação dos resultados dos trabalhos de grupo e Discussão

Conclusões

18:30H – 19:00H Sessão de Encerramento

Dia 14 de Junho (Quinta-Feira)

Visitas a projectos do terreno

4. RESULTADOS DO INQUÉRITO REALIZADO

Ao preencherem as fichas de inscrição para o seminário os participantes foram estimulados a responder a um pequeno inquérito (duas questões) que teve como objectivos i) perceber quais as motivações e expectativas que os levaram a mobilizar-se para este seminário; e ii) que tipo de experiência ou ligação prévia tinham em relação ao tema da segurança alimentar.

Relativamente à primeira questão, verificou-se que as principais motivações e expectativas em relação ao seminário se relacionavam com a possibilidade de partilhar experiências entre os vários actores (sociedade civil, governo, organismos internacionais) que actuam em Angola, mas também conhecer as experiências provenientes do Brasil e Moçambique; Um grande estímulo à participação no evento foi o repto lançado com a possibilidade de iniciar um trabalho em rede entre as organizações da sociedade civil para trabalharem as questões da segurança alimentar e desenvolvimento rural; Por outro lado, os participantes entenderam também que o espaço do seminário poderia contribuir para lançar alguns desafios ao Governo em matéria de políticas públicas relacionadas com os temas em debate; Por fim, a análise das respostas revelou também que muitos participantes estavam interessados em aprofundar os seus conhecimentos sobre a matéria em discussão procurando aumentar a sua própria formação pessoal.

No que respeita à segunda questão, dos participantes que responderam ao inquérito todos afirmaram possuir já experiência de trabalho com o tema da segurança alimentar ou com projectos relacionados. No caso dos participantes representando organismos internacionais ou algum sector do Governo a relação vem por via dos programas e acções que implementam no país; No caso das organizações da sociedade civil, foi interessante constatar a diversidade de projectos que têm em curso que, por via directa ou indirecta, possuem ligação com a promoção da segurança alimentar.

Nos quadros seguintes sistematizam-se os resultados desse inquérito ilustrando-se com a transcrição de algumas das respostas obtidas:

1 – Quais as suas motivações e expectativas para participar no Seminário?

Partilhar experiências com as organizações nacionais e com outros países

- "Trocar experiências e melhorar a articulação do país em matéria de SAN"*
- "Beber das experiências de outras organizações em relação a esses temas"*
- "Partilhar experiências com outros actores"*
- "Conhecer outros actores da sociedade civil que trabalham com a SAN em Angola"*
- "Ganhar a experiência de outros países para melhor contribuir no desenvolvimento das comunidades onde a minha organização intervém"*
- "Encontrar um espaço onde possa partilhar as minhas ideias"*
- "Partilhar as dinâmicas nacionais de segurança alimentar"*
- "Perceber o progresso de países como Brasil e Moçambique em relação à segurança alimentar"*

Dinamizar a sociedade civil angolana e estimular a criação de uma rede de trabalho

- "Estabelecer parcerias e recolher informação"*
- "Contribuir para a emergência de redes"*
- "Consciencialização da sociedade civil angolana sobre o direito humano à alimentação"*
- "Desenvolver relações de trabalho"*
- "Obter contactos para possíveis ligações com outras redes"*
- "Que se alcance o objectivo de criar uma rede nacional de ONGs que trabalhem efectivamente o direito à alimentação"*
- "Poder ajudar no processo de criação de um espaço único de ONGs para dialogar em matéria de SAN"*
- "Promover o diálogo sobre SAN"*
- "Aproximar a teoria da prática"*
- "Reunir sinergias para a implementação da SAN em Angola"*
- "Montar estratégias para o direito a uma alimentação adequada para as nossas comunidades"*

Contribuir para as políticas do Governo

- "Que este seminário seja o primeiro passo até à constituição de uma estratégia de segurança alimentar de toda a sociedade angolana"*
- "Contribuir com ideias para a erradicação da fome"*
- "Análise do processo de implementação das Directrizes Voluntárias da FAO em Angola"*
- "Definir metas/directivas para uma acção conjunta das várias organizações e governo para que o direito à alimentação seja uma realidade para o povo angolano"*
- "Discussão sobre o DHAA" ... "Por ser uma temática de grande realce da pessoa humana"*
- "Que neste seminário se encontrem mecanismos para a implementação do direito à alimentação em Angola"*
- "Debater sobre o processo de realização de um Programa Nacional de Segurança Alimentar para Angola"*
- "Que se consigam contributos importantes para a implementação de um conselho nacional, provincial e municipal de SAN"*

Aprofundar conhecimentos sobre os temas em debate

- "Adquirir conhecimentos mais aprofundados sobre o tema do direito à alimentação e desenvolvimento rural"*
 - "Obter conhecimentos e trocar experiências"*
 - "Obter conhecimentos sobre a realidade internacional em direitos"*
 - "Para me situar devidamente no tema"*
 - "Dar continuidade à aprendizagem sobre os assuntos em debate"*
 - "Complementar a minha formação pessoal"*
 - "Obter informações para projectos de investigação"*
-

2 – Qual a sua experiência ou ligação prévia com o tema da Segurança Alimentar?

Diversidade de projectos da sociedade civil

"Sou técnico de projectos de desenvolvimento rural integrados pelas componentes de segurança alimentar, crédito, terra, educação para a cidadania e promoção do desenvolvimento local"

"Participei em estudos sobre SAN"

"... temos ligação e experiência visto que a base para o desenvolvimento é a agricultura"

"Promoção de acções que visam o desenvolvimento rural"

"Trabalho com as comunidades vulneráveis motivando-as na produção agro-pecuária"

"Trabalhamos com incentivo à agricultura e reabilitação da horticultura nas zonas rurais"

"Experiência em comunidades com crianças desnutridas"

"Trabalho com comunidades em alguns municípios no sentido de encontrar estratégias de aproveitamento económico dos recursos locais"

"Experiência de trabalho em SAN na Universidade"

"Trabalhos em várias comunidades na ligação com instituições bancárias – "microcrédito", fundos rotativos de caprinos e gado bovino e sementes (...) organização associativa e de cooperativas"

"Implementação de projectos de emergência e projectos integradores de desenvolvimento"

"Programas de formação e capacitação em desenvolvimento comunitário com comunidades rurais e em agricultura sustentável"

"Estamos vinculados a projectos de agricultura, criação de animais, montagem de fontanários, etc."

"Projectos de SAN ligados a micro-finanças e multiplicação de sementes"

"A minha experiência deriva da participação em seminários e workshops"

"Acompanhamento e formação de base sobre produção e organização"

"Implementação das Escolas de Campo"

"Trabalho com camponeses em áreas isoladas em projectos de desenvolvimento rural numa abordagem de promoção do associativismo, formação e capacitação de cooperativas agrícolas"

5. SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ACTIVIDADES

O seminário contou com a presença de mais de 70 participantes provenientes de diversos sectores da sociedade civil (organizações de base local, ONGs nacionais e internacionais e Redes da sociedade civil), organismos internacionais com intervenção em Angola, alguns sectores de Governo – sobretudo a nível provincial, Universidades e outras instituições de ensino e pesquisa (no Anexo II encontra-se a listagem completa de todos os participantes). Em seguida apresenta-se uma síntese das apresentações⁵.

TEMA 1: Direito Humano à Alimentação

- ✓ Na sessão de abertura foram dadas as boas vindas aos participantes e explicados os objectivos do seminário (Ver ponto 2). O Tema 1, moderado por Kámia Carvalho, teve três apresentações realizadas por dois convidados internacionais. A primeira, intitulada "**O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**", ficou a cargo de **Xavier Papet** da *FIAN international*⁶ e pretendeu ser uma introdução conceptual à discussão. O orador começou por trazer alguns dados sobre a fome no mundo, afirmando que esta continua a aumentar na maior parte das regiões. Argumentou também que a maioria dos famintos do mundo vivem em regiões rurais – onde são produzidos os alimentos –, sendo as mulheres o grupo mais afectado por esse flagelo. De acordo com Papet, as principais causas da fome são a pobreza, os problemas no acesso e distribuição de

⁵ Todas as apresentações em formato Power-Point e Word que foram disponibilizadas à Comissão Organizadora encontram-se disponíveis em <http://www.seminariolubango.org>.

⁶ A FIAN é uma organização internacional de Direitos Humanos que luta pela realização do Direito à Alimentação. Trata-se de uma rede com membros de mais de 60 países da África, América, Ásia e Europa e que conta com um status consultivo para as Nações Unidas. É uma organização sem fins lucrativos nem filiação política ou religiosa. Para mais informações consulte <http://www.fian.org/live/>.

alimentos e a falta de acesso a recursos produtivos, como por exemplo, a terra. Outras causas concorrem também para essa situação como situações de guerra ou conflitos, desastres naturais, secas, entre outros.

- ✓ Procurando entrar mais em detalhe na questão passou em revista o histórico do DHAA desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na qual o direito à alimentação vem explícito no seu Art.º 25, passando pelo Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) até, mais recentemente, ao Comentário Geral Nº12 do Comité da ONU sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais que nos traz uma interpretação oficial com mais pormenor⁷.

“O direito a uma alimentação adequada realiza-se quando todo o homem, mulher ou criança, sozinho ou em conjunto, tem acesso físico e económico a todo o momento a uma alimentação adequada ou a meios para obtê-la.”
(Comentário Geral Nº 12)

- ✓ Continuando, explicitou os conceitos de adequação, sustentabilidade e acessibilidade que fazem parte da interpretação do DHAA lembrando que é necessário que os alimentos estejam disponíveis em quantidade e qualidade suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas das pessoas, livre de substâncias adversas e aceitável para uma dada cultura e que a acessibilidade ao alimento tem de ser garantida de forma sustentável e que não interfira com a fruição de outros direitos humanos.
- ✓ Referiu que os instrumentos internacionais que reconhecem o direito à alimentação devem ser incorporados na legislação nacional de cada país e sublinhou que os Estados, ao assinarem os Patos internacionais, aceitam as obrigações para a realização dos direitos humanos. Nesse sentido, os Estados têm a obrigação de Respeitar, Proteger e Realizar o direito à alimentação em cada contexto nacional. O não cumprimento das obrigações por parte do Estado significa incorrer em violações desse direito humano básico. No final da sua apresentação trouxe ainda alguns exemplos de violações ilustrando com casos que se verificaram na Índia.
- ✓ A apresentação seguinte foi sobre **“As Directrizes Voluntárias da FAO para a realização do DHAA”**, também realizada por **Xavier Papet**. O orador explicou que estas Directrizes foram aprovadas em 2004 pelo Conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e que contêm um conjunto de recomendações para que os países cumpram as obrigações inerentes ao DHAA e o realizem, progressivamente, em cada contexto nacional⁸. Lembrou, contudo, que se trata de um instrumento de “soft law” na medida em que não constituem um instrumento obrigatório no direito internacional sendo enfatizado o seu carácter voluntário.
- ✓ No entanto, sublinhou que as Directrizes possuem um alto peso político, dado o elevado número de Estados que participaram na sua discussão e na qual a própria sociedade civil teve um contributo decisivo influenciando o conteúdo do texto. Estas directrizes, assumindo um carácter voluntário na sua implementação, constituem um instrumento muito importante pois oferecem aos Estados uma orientação prática para a implementação do direito à alimentação e definição das suas próprias estratégias, assim como um apoio para que cumpram as suas obrigações através de uma lista de acções positivas.
- ✓ Seguidamente, explicou a estrutura e o conteúdo do documento analisando as 19 Directrizes que o integram. Sugeriu, ainda, 5 etapas a implementação de estratégias nacionais que incluem: i) Análise das principais causas da fome; ii) Análise do quadro jurídico existente e das políticas; iii) Análise das medidas e das políticas públicas; iv) Monitoramento; e v) Implementação de procedimentos jurídicos efectivos.

⁷ Estes documentos podem ser consultados na página Web do seminário em <http://www.seminariolubango.org/documentos>.

⁸ Pode obter as Directrizes em <http://www.seminariolubango.org/documentos/Diretrizes%20Voluntarias%20%20pt.pdf>.

-
- ✓ Procurando resumir a apresentação lembrou que as Directrizes Voluntárias oferecem uma oportunidade para entender melhor as causas da fome e da desnutrição e que combinam instrumentos jurídicos com estratégias de políticas de desenvolvimento a favor do DHAA; Para além disso, podem contribuir para a coerência e maior consistência nas decisões governamentais ao nível nacional e internacional, assim como nas decisões das organizações internacionais que trabalham em segurança alimentar.
 - ✓ Ao terminar, sugeriu algumas acções sobre como a sociedade civil pode contribuir para a implementação das Directrizes, tais como, acções de advocacia para implementação de estratégias nacionais sobre o DHAA e consciencialização e educação sobre o DHAA tendo as próprias Directrizes Voluntárias como referências recentes que oferecem orientação para uma implementação concreta;
 - ✓ A outra apresentação constante deste Tema 1 foi sobre “**O Programa PESA e o Direito à Alimentação**” e foi realizada por **Alberta Mascaretti** da FAO/Roma. Na sua intervenção a oradora apresentou o Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA) enquanto uma iniciativa que a FAO implementa desde 1994 e que neste momento tem como principal objectivo apoiar os países para conseguirem atingir o primeiro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) - reduzir para metade o número de pessoas que sofrem de fome e pobreza até ao ano 2015.
 - ✓ Explicou que o PESA actua em inúmeros países promovendo a segurança alimentar e nutricional (SAN) através da assistência aos Governos na formulação de Programas Nacionais e/ou Regionais de SAN. Dessa forma, são os próprios Governos que elaboram o seu programa nacional de SAN estando a acção da FAO limitada a: i) facilitar o processo de formulação e execução dos programas; ii) intervir como catalizador para obter compromissos políticos mais fortes; iii) proporcionar sinergias com doadores e prestar apoio técnico.
 - ✓ Para além do apoio na formulação de programas nacionais o PESA desenvolve também intervenções piloto de pequena escala, simples e de baixo custo (intensificação, diversificação, gestão de água, *etc.*) e utiliza enfoques participativos com base em alianças com diversos actores. A interveniente sublinhou o facto de que neste momento existem já 102 países envolvidos no PESA e que mais do 86 % dos 852 milhões de pessoas que estão em insegurança alimentar vivem nestes países.
 - ✓ Em termos de financiamento foi referido que mais de 60% dos fundos investidos no PESA provêm dos próprios países participantes. Outras fontes de recursos são provenientes de doadores multilaterais e bilaterais. A FAO contribui também com receitas do seu orçamento ordinário para prestar apoio técnico e assistir directamente algumas actividades no terreno, ou quando os próprios países solicitam recursos à FAO a qual procura atender através da execução de Programas de Cooperação Técnica.
 - ✓ Durante a sua apresentação foi referido também que o PESA evoluiu em termos do enfoque adoptado, mudando de uma abordagem mais centrada nas tecnologias (Produção) para uma abordagem mais centrada nas pessoas. Ou seja, o PESA abandonou o seu único objectivo de incrementar a produção agrícola, passando a procurar formas de melhorar o acesso das pessoas aos alimentos.
 - ✓ Sobre os Programas Nacionais de Segurança Alimentar, cuja formulação é apoiada pelo PESA, a apresentadora considerou que são necessários os seguintes pontos-chave: i) Necessidade de um forte compromisso político a alto nível; ii) Integração com as iniciativas de Estratégia de Combate à
-

Pobreza e ODMs; iii) Enfoque “dupla via” ; iv) Participação activa da sociedade civil; v) Importância do fortalecimento institucional do estado e da sociedade civil; e vi) Ampliar as parcerias entre sector público e privado.

- ✓ A questão do enfoque “Dupla Via” foi bastante desenvolvida nesta apresentação no sentido de alertar para a importância de ter em consideração dois aspectos fundamentais nas medidas que visam reduzir a fome e a pobreza: 1) Por um lado, é necessário criar oportunidades para que os famintos melhorem os seus meios de vida através da promoção do desenvolvimento agrícola e rural com reformas políticas e investimentos na agricultura; 2) Por outro, é necessário ter uma intervenção directa através de programas que facilitem o acesso imediato aos alimentos – dado que os famintos não podem esperar –, o que levaria a aumentar o seu potencial produtivo e melhor aproveitar as oportunidades para se desenvolverem.



Xavier Papet (FIAN International) e Alberta Mascaretti (FAO/Roma) apresentam no seminário o tema do Direito à Alimentação, as Directrizes Voluntárias da FAO e a experiência do Programa PESA.

- ✓ No período de discussão que se seguiu foram levantadas questões particulares sobre o Direito à Alimentação, particularmente sobre a forma como a sociedade civil pode contribuir para a sua implementação a nível nacional. Xavier Papet explicou que as organizações sociais têm um papel fundamental na identificação e documentação de casos de violação desse direito os quais devem, posteriormente, ser tornados públicos e comunicados às instâncias internacionais.
- ✓ Também relativamente aos Programas Nacionais de SAN foi solicitado aos intervenientes que dessem alguns exemplos de participação social na definição e formulação dessas políticas. Como exemplo foram referidos os Conselhos Nacionais de SAN como espaços de participação entre Governo e sociedade civil e que têm tido reflexos muito positivos. Por outro lado, foi ainda chamada atenção para a necessária transversalidade e intersectorialidade desses programas na medida em que vários ministérios têm responsabilidade na implementação das políticas de segurança alimentar.

TEMA 2: A construção da Segurança Alimentar no Brasil e Moçambique

- ✓ Com o Tema 2, moderado por Marta Antunes do IFSN/ActionAid, pretendeu-se trazer a debate as experiências de Moçambique e do Brasil com a questão da segurança alimentar. A primeira apresentação coube a **Tomas Siteo** que apresentou a experiência do “**Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional de Moçambique**”. A sua intervenção dividiu-se em dois blocos principais: No primeiro, abordou os antecedentes da criação do SETSAN e apresentou o
-

mandato, objectivos, visão e estrutura da instituição; No segundo, colocou as principais realizações do SETSAN até ao momento assim como os desafios que estão colocados⁹.

- ✓ O orador referiu que o SETSAN foi criado em 1998 para assegurar a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição (ESAN) que havia sido aprovada pelo Conselho de Ministros nesse ano com o mandato de coordenar e garantir o sucesso da formulação e implementação de políticas e programas de segurança alimentar e nutricional por todos os intervenientes, (incluindo os Governamentais, ONGs, Doadores, Agências das Nações Unidas, sector privado, etc.). A institucionalização do SETSAN deu-se pelo Ministério de Agricultura (MINAG), através da Direcção de Agricultura (DINA) ao nível Central e pelas Direcções Provinciais de Agricultura (DPA) a nível Provincial.
- ✓ De acordo com o interveniente, o objectivo geral do SETSAN é “Liderar a coordenação” das actividades que concorrem para: i) planificação e implementação de intervenções às populações em situação de insegurança alimentar e expostas ao risco; ii) formulação de políticas; e iii) avaliação e monitoria das acções de SAN às populações vulneráveis.
- ✓ Explicou ainda que o SETSAN é um órgão multisectorial que congrega representantes dos sectores mais envolvidos nas matérias de SAN (agricultura, estradas, saúde, águas, meio ambiente, administração estatal, mulher e acção social), Agências das Nações Unidas, e representantes da Sociedade civil. Na sua composição tem também duas unidades permanentes: Unidade Permanente de Coordenação de Sistemas de Informação e Unidade Permanente de Análise, Políticas, Plano e Monitoria, cada uma delas contendo vários grupos de trabalho. De acordo com Tomas Siteo, a intervenção do SETSAN na agenda de SAN é realizada a dois níveis – central e provincial – em que cada nível tem componentes específicas de advocacia, monitoria e avaliação, definição dos mecanismos de implementação, capacitação técnica e rotatividade da presidência, etc.
- ✓ Algumas das principais realizações do SETSAN até ao momento foram a formulação da ESAN e o respectivo Plano de Acção (PASAN), Estudo de caso e a Revisão da ESAN I. Referiu, contudo, que Moçambique ainda não ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais onde vem explícito do Direito Humano à Alimentação.
- ✓ As principais acções em curso pelo SETSAN incluem o processo de revisão da ESAN iniciada em 2006; A elaboração do PASAN para operacionalizar a ESAN II; e A elaboração do estatuto Orgânico do Conselho Nacional de SAN que será aprovado em Agosto de 2007 pelo Conselho de Ministros.
- ✓ Na parte final Tomas Siteo apresentou os principais desafios que se colocam neste momento ao SETSAN e que incluem: 1) Continuar a advocacia ampla sobre a ESAN a nível central e provincial; 2) Operacionalizar uma intervenção multisectorial e interinstitucional; 3) Fortalecer a organização da sociedade civil e o controle social sobre as políticas de SAN; 4) Aprofundar a questão de género e as relações intra e interfamiliares; 5) Estabelecer um sistema de monitoria e avaliação no PARPA II; 6) Fortalecer os SETSAN Provinciais como espaços de articulação e promoção de desenvolvimento territorial; 7) Descentralização das intervenções de SAN nas províncias e distritos, e alargamento das actividades para as áreas mais remotas e mais necessitadas do País; 8) Estabelecer uma clara definição dos grupos-alvo; 9) Reduzir os níveis de desnutrição crónica e aguda no País e encontrar o balanço da implementação dos programas de Desenvolvimento Vs Emergências;

⁹ Para obter mais informações sobre o SETSAN consulte <http://www.setsan.org.mz/Index.htm>.

-
- ✓ Continuando com Moçambique, teve lugar a segunda apresentação do Tema 2 que ficou a cargo de **Filipe Pequenino** para falar da “**Experiência da ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique**”. O interveniente começou por fazer o historial da ROSA, explicando o seu processo de criação em 2003 e sua estrutura organizativa¹⁰. Seguidamente fez uma retrospectiva das principais actividades realizadas até à data, dando particular importância ao diálogo que as organizações membro da rede têm mantido com o Governo e organismos internacionais.
 - ✓ Filipe Pequenino explicou que a ROSA pretende facilitar a partilha de informação sobre Soberania Alimentar, Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional entre as várias ONGs que trabalham esses temas em Moçambique e promover e melhorar a troca de experiências e complementaridade entre os seus membros. A ROSA possui uma coordenação composta por 11 organizações e tem também representantes em cada uma das províncias através dos pontos focais. O seu secretariado é feito pelas próprias organizações que integram a rede de forma rotativa.
 - ✓ Após as explicações sobre funcionamento e estrutura da ROSA, o orador teceu algumas considerações sobre a formação de redes da sociedade civil, desde o ponto de vista da sua experiência. Assim, na sua fase de formação é fundamental que se estabeleçam as Metas, Visão, Missão, Valores, Princípios e Objectivos claros de intervenção, envolvendo as organizações e indivíduos que deles partilham; A definição dos compromissos a seguir deve também ter em atenção as várias áreas de competência das organizações (Terra, Comércio, Biodiversidade, Género, etc.). Na fase seguinte, denominada pelo orador de manutenção ou fase de crescimento, é importante definir a forma de organização da rede; Definir responsabilidades claras entre os membros; Estabelecer a estrutura de actuação; Inventariar as qualidades ou experiências e os recursos dos vários parceiros; Preencher espaços vazios recrutando novos membros; e estabelecer um sistema de comunicação, por exemplo, criando uma base de dados (nome, endereço, missão da organização, tipo e áreas de interesse, etc.).
 - ✓ Filipe Pequenino considerou também que a realização de encontros periódicos e a definição de uma agenda específica para cada um desses encontros constitui um bom mecanismo de trabalho. No final, acrescentou que as redes têm como principal função a mobilização e a advocacia junto dos Governos e agências internacionais mas devem estar bem “enraizadas” nas comunidades e grupos-alvo.
 - ✓ A experiência do Brasil foi trazida por **Regina Miranda**, nutricionista e conselheira do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹¹, que falou sobre “**Políticas e Instituições de coordenação em SAN no Brasil**”. Começando por fazer um breve resumo da evolução do conceito de SAN em termos internacionais, passou em seguida todo o histórico do Brasil na construção do seu enfoque de SAN.
 - ✓ Ao nível das instituições de coordenação na temática da SAN no Brasil foi dada particular atenção ao CONSEA enquanto importante espaço de articulação entre sociedade civil e Governo. A apresentadora explicou que o CONSEA, em funcionamento desde 2003, tem carácter consultivo e assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. Nessa função tem a responsabilidade de propor directrizes para as acções na área da alimentação e nutrição.

¹⁰ Para mais informações sobre a ROSA consulte <http://www.rosa.org.mz/>.

¹¹ Para mais informações sobre o CONSEA consulte <https://www.planalto.gov.br/Consea/exec/index.cfm>.

-
- ✓ Continuando, lembrou que o principal objectivo desse espaço é estimular a participação da sociedade civil na formulação, execução e acompanhamento de políticas de SAN. De acordo com a visão do CONSEA, a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão.

Regina Miranda do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) apresenta a experiência do Brasil na construção institucional da segurança alimentar.



- ✓ A oradora referiu também uma série de programas públicos e acções que estão em curso neste momento no Brasil explicando um pouco o seu funcionamento. Alguns dos programas referidos foram o Fome Zero, Bolsa Família, Restaurantes Populares, PRONAF, Mesa Brasil, Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros.
- ✓ Na sua intervenção deu também um destaque importante aos princípios que devem nortear as políticas públicas de SAN entre os quais o DHAA como principal orientador, a transversalidade e intersectorialidade das políticas, as questões de género, raça e etnia como componentes importantes, a equidade, descentralização e participação social como princípios básicos fundamentais, entre outros.
- ✓ Na parte final da apresentação trouxe com mais detalhe as questões de insegurança alimentar nos seus grupos mais vulneráveis, em particular nas mulheres e sobre a luta do movimento negro afrodescendente no Brasil.

TEMA 3: A construção da Segurança Alimentar em Angola

- ✓ No Painel 3 debateu-se a construção da segurança alimentar em Angola. Para tal começou-se por analisar "**A situação da insegurança alimentar e vulnerabilidade em Angola**" que foi trazida por **Rosa Pacavira** da Faculdade de Ciências da UAN. No início da sua apresentação trouxe-nos dos principais conceitos relacionados com a SAN e explicou os seus 4 componentes fundamentais: Acesso, Disponibilidade, Utilização e Estabilidade. Seguidamente entrou mais em detalhe na questão da insegurança alimentar para explicar que se trata de um "fenómeno complexo que decorre de vários factores que podem variar no espaço geográfico, grupos sociais e no tempo".
 - ✓ Referindo-se concretamente a Angola identificou alguns dos principais aspectos que promoveram a insegurança alimentar no país, tais como: i) Êxodo populacional maciço dos campos para as principais cidades; ii) Degradação das principais infra-estruturas socio-económicas e das principais vias de comunicação; iii) Desarticulação do comércio entre as cidades e o campo; iv) Falta de oferta de bens alimentares essenciais e v) Baixos índices de produção agro-pecuária.
-

-
- ✓ No caso particular dos baixos índices de produção agrícola e pecuária referiu que tal se deve sobretudo a uma insuficiência de insumos agrícolas (sementes e material de produção); à falta de recursos humanos; ausência de incentivos financeiros; às várias condições climáticas adversas (cheias e períodos de estiagem prolongada); mas também à pobreza extrema.
 - ✓ Em seguida a interveniente entrou na questão da vulnerabilidade sublinhando que se trata de um conceito multisectorial, associado à medição do risco numa população que pode estar exposta a diferentes fenómenos naturais ou provocados pelo homem, bem como à sua capacidade de reacção para enfrentar e ultrapassar esses eventos. Sobre a situação em Angola referiu que se destacam 3 perfis de vulnerabilidade na população: 1) Vulnerabilidade em segurança alimentar e nutricional; 2) Vulnerabilidade social; e 3) Vulnerabilidade aos desastres naturais e a toda a espécie de crises.
 - ✓ Entre as principais causas da vulnerabilidade da população angolana referiu a guerra, as estiagens, a inflação, o desemprego crescente e a pobreza extrema. Tais factores levam a consequências graves como malnutrição, doenças várias, pobreza crónica, redução da esperança média de vida e aumento dos índices de mortalidade infantil, fraco desenvolvimento das forças produtivas – com consequente atraso económico –, e baixo rendimento laboral.
 - ✓ Dos estudos que realizou traçou um perfil de vulnerabilidade da população angolana que se divide em: Vítimas de conflitos (pessoas desalojadas, refugiadas, repatriadas, inválidos de guerra, viúvas e órfãos de guerra); Trabalhadores imigrantes e suas famílias (pessoas imigrantes rurais à procura de novas possibilidades de emprego e mulheres chefes-de-família como consequência da imigração de seus cônjuges); População urbana em situações de marginalidade e exclusão (crianças e jovens de baixa renda que abandonam e se evadem da escola, desempregados crónicos, migrantes recém-chegados, crianças e jovens de rua, pessoas sozinhas de baixa renda e/ou sem protecção - idosos, viúvas/viúvos, separadas/abandonadas pelo cônjuge, órfãos, inválidos, deficientes - e pedintes; Povos e pessoas pertencentes a segmentos sociais vulneráveis (Minorias étnicas, chefes de família analfabetos; e População de lares de baixa renda em sistemas vulneráveis de subsistência (agricultores de baixa renda (pequena produção, modo de vida), camponeses refugiados e retornados). Em seguida apresentou também as conclusões de alguns trabalhos realizados em Angola por instituições internacionais e governo sobre a situação de insegurança nas várias regiões do país.
 - ✓ Relativamente aos perfis de consumo alimentar da população – desenvolvidos através de informação sobre a diversidade da dieta e a frequência de consumo de alimentos de base e não de base, bem como as fontes dos alimentos consumidos – referiu que se podem dividir em 4 grupos: Muito pobre, Pobre, Moderadamente bom e Bom. Os dois primeiros grupos são os mais problemáticos sendo que o primeiro tem apenas os cereais como base da sua dieta. Já o segundo complementa esses cereais com outros alimentos como açúcar/sal e vegetais ou Tubérculos, açúcar/sal, óleo e vegetais ou ainda açúcar/sal, vegetais e óleo.
 - ✓ No final apresentou algumas conclusões que indicam que a segurança alimentar em Angola tem vindo a melhorar dado que os agregados familiares obtêm recursos de outras fontes alternativas; Para além da falta de insumos básicos conclui que os altos preços desses insumos assim como o baixo preço de venda dos produtos, a perda de animais e o desemprego constituem os principais factores de risco.
 - ✓ A apresentação que se seguiu foi sobre o “**Processo de formulação do Programa Nacional de Segurança Alimentar em Angola**”. O PNSA é uma importante iniciativa do Governo nesta matéria sendo a sua fase de formulação um momento decisivo para promover a discussão pública sobre as acções que se vão definir. A formulação deste programa está a ser liderada pelo Ministério da
-

Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER) e conta com apoio técnico da FAO. A comissão organizadora endereçou convite ao MINADER para vir apresentar neste seminário o processo de formulação em curso, no entanto, não foi possível contar com a presença de nenhum representante do MINADER a nível central. Contudo, aproveitou-se a presença de **Carmen Lahoz**, também consultora da FAO para a formulação do PNSA, para apresentar os traços gerais da iniciativa.

- ✓ Carmen Lahoz explicou que a formulação PNSA faz parte do Projecto PESA o qual constitui uma iniciativa do Governo que a executa através do MINADER (GSA-IDA-EDA) com apoio da FAO. Este projecto tem como financiadores a AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Governo. O principal objectivo do Projecto é contribuir para melhorar a segurança alimentar das populações mais vulneráveis através de iniciativas que se desenvolvem a 3 níveis: *Local*: melhorar os sistemas de produção das famílias camponesas; *Provincial*: promover as alianças e a coordenação com vários parceiros; e *Nacional*: apoiar ao Governo na formulação duma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e um Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA).
- ✓ A nível *Local* as principais actividades incluem a identificação, documentação e disseminação de “Boas Praticas de Segurança Alimentar”. Tais actividades estão a ser identificadas pelas EDAs, ONGs, grupos locais, centros de investigação (IIA) e formação (FCA). A outra importante iniciativa a nível local é a implementação das “Escolas de Camponeses” (ECAs). A nível *Provincial* o programa procura apoiar na promoção e fortalecimento dos grupos provinciais de coordenação de segurança alimentar; Incentivar as sinergias e a complementaridade entre os parceiros; e apoiar a formulação participativa a vários níveis do PNSA. A nível *Nacional* procura-se apoiar na formulação duma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e dum Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA).
- ✓ O PNSA tem como principais objectivos: Facilitar a articulação intersectorial envolvendo os vários ministérios e a sociedade civil; Definir linhas estratégicas que orientem as políticas e acções (ENSA); Elaborar um Programa Nacional de Segurança Alimentar no qual se definam as iniciativas prioritárias, o plano de implementação das acções e se atribuam os recursos necessários.

Participantes discutem a construção da Segurança Alimentar em Angola.



- ✓ Para tal considera-se que é fundamental contar com uma ampla participação nas discussões a nível nacional, provincial e local envolvendo todos os parceiros interessados em contribuir para a segurança alimentar em Angola. Os principais elementos-chave do processo de formulação são: i) A existência de um forte compromisso político; ii) Abordagem intersectorial e multidisciplinar; iii) Participação e consulta pública; iv) Quadro Institucional claro e viável; v) Articulação com outros programas já existentes; e vi) Ampla discussão e divulgação durante todo o processo.
-

-
- ✓ O processo de formulação em curso inclui as seguintes etapas: a) Sensibilização para a importância e necessidade da formulação de uma ENSA e de um PNSA para Angola; b) Constituição de uma Equipa Técnica Nacional de Formulação de carácter intersectorial e multidisciplinar; c) Realização de discussão e consultas públicas a nível provincial e nacional; d) Elaboração dos drafts da ENSA e do PNSA; e) Apresentação e discussão pública; e f) Aprovação pelo Governo e atribuição de recursos.
 - ✓ A última apresentação do Tema 3 ficou a cargo de **Paulina Semedo** do Ministério da Saúde (Sector de Nutrição) que veio falar do “**Programa Nacional de Nutrição em Angola**”. Na sua intervenção apresentou as principais iniciativas na área da saúde relacionadas com a promoção da segurança alimentar e nutricional onde se encontram acções como: Suplementação de Vitamina A e Desparasitação; Combate às Doenças de Deficiência de Iodo; Suplementação de ferro-ácido fólico durante a gravidez; Eliminação da Pelagra na Província do Bié; Promoção do Aleitamento Materno; e Gestão da Malnutrição severa; Para cada uma destas acções foram apresentados os principais constrangimentos identificados bem como as próximas acções que estão planificadas.
 - ✓ Paulina Semedo fez ainda um exercício sobre a realização do Direito à Alimentação identificando os principais constrangimentos e as acções que considera prioritárias:
 - ✓ Constrangimentos:
 - Aliança Nacional contra a Fome ainda não operacional
 - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar ainda não elaborada
 - A saída do PAM vai enfraquecer a situação em algumas localidades sensíveis
 - A redução da produção agrícola (relatórios do VAM, FAO/PAM, FEWSNET/USAID) vai também agravar a situação nutricional das crianças no país.
 - ✓ Acções prioritárias:
 - Estabelecer um compromisso entre os ministérios de Saúde, Agricultura e o Gabinete de Segurança Alimentar para responder à situação actual de redução da produção agrícola
 - Estabelecer um sistema de vigilância nutricional para resposta oportuna
 - Elaboração da Política Nacional de Alimentação e Nutrição
 - Explorar as oportunidades de fortificação de alimentos ao nível do país

TEMA 4: Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural em Angola

- ✓ No Tema 4 pretendeu-se debater o papel das organizações da sociedade civil na segurança alimentar e desenvolvimento rural em Angola. Para tal foram organizados 3 Grupos de Trabalho nos quais a sociedade civil foi convidada a expor a situação da sua região e a discutir as suas filosofias e metodologias de promoção da segurança alimentar e de desenvolvimento rural bem como os projectos que desenvolvem nas diferentes províncias de Angola; O painel organizado em grupos permitiu também conhecer com mais pormenor cada uma dessas organizações. Os resultados dos grupos de trabalho encontram-se no Ponto 6.
 - ✓ Na medida em que vários organismos internacionais e sectores do Governo estavam também presentes, foi ainda organizado um quarto Grupo de Trabalho com estas organizações às quais se lançou o desafio de identificarem mecanismos que poderiam facilitar a participação da sociedade civil na construção de uma estratégia de segurança alimentar e nutricional em Angola (Ver também resultados deste grupo no Ponto 6.)
-

TEMA 5: Filosofias e Metodologias de trabalho em Desenvolvimento Rural

- ✓ No Tema 5 apresentaram-se alguns exemplos de iniciativas de desenvolvimento rural em Angola levadas a cabo por duas ONG e pelo programa PESA, os quais relataram as suas experiências e metodologias de actuação. Miguel Malta, na qualidade de moderador, começou por apresentar os objectivos deste tema: i) Dar a conhecer experiências de promoção desenvolvimento rural em Angola do período do pós-emergência; ii) Promover o debate em torno destas experiências; ii) Levantar pistas para novas formas de combate à insegurança alimentar através de práticas de promoção do desenvolvimento rural sustentável;
 - ✓ A primeira apresentação, “**Da Segurança Alimentar ao Desenvolvimento Rural: a experiência da ACH**”, ficou a cargo de **Vincent Panzani** da Acción Contra el Hambre que trouxe o exemplo do Projecto de Estudo e Apoio à Reabilitação da Segurança Alimentar (PEARSA).
 - ✓ Este projecto, financiado pela União Europeia, desenvolve-se nas províncias de Chicomba e Chipindo (Província da Huila) e tem como beneficiários as populações desses municípios, agrupamentos e associações de produtores, os concelhos comunitários de decisão, prestadores locais, a Direcção Provincial da Agricultura e outros operadores do desenvolvimento da zona. O projecto conta com o envolvimento de inúmeros actores (Governo, ONGs, Universidade) e tem como principal objectivo “Participar na reabilitação de condições favoráveis a uma melhoria e a uma gestão sustentável da Segurança Alimentar, através de uma abordagem participativa e do reforço das capacidades locais”.
 - ✓ A sua filosofia de actuação é propor um apoio adaptado às necessidades e capacidades de cada família ou comunidade beneficiária esperando obter a sustentabilidade do sistema participativo de planificação da segurança alimentar; a formulação de propostas e de recomendações em termos de desenvolvimento agrícola e rural; a reabilitação e o reforço dos sistemas de produção e actividades não agrícolas das populações; entre outros resultados.
 - ✓ A metodologia de base usada pelo projecto baseia-se na realização de um diagnóstico participativo do estado social, económico e agrário de cada comunidade; Estudo das realizações prévias e das organizações que intervêm na zona; Realização de uma planificação participativa; e Financiamento combinado com formações. As principais componentes do PEARSA incluem o apoio a agricultores, prestadores de serviços, artesanato, moagens, *etc*; a formação de agricultores, instituições, associações, organizações, *etc*.; o apoio à comercialização; Demonstrações e multiplicação de sementes, técnicas; Aumento dos meios de produção e armazenamento, sistemas de irrigação; Diversificação das actividades agro-pecuárias: Fruticultura, Horticultura, Pesca artesanal, *etc*.
 - ✓ De acordo com Vincent Panzani os principais constrangimentos identificados até hoje são: As comunidades dentro duma lógica distributiva e uniformizada; O excessivo controlo das autoridades tradicionais pode dificultar a participação de todos os sectores da sociedade local; A desconfiança inicial da parte dos camponeses a volta de alguns inquéritos (medição das lavras, *etc*.); Projecto-piloto para ACF; Falta de coordenação/intercâmbio entre os actores; e as regras de segurança das N.U. adoptadas pela ACH e as más condições das vias de acesso limitam a actuação dos agentes e o funcionamento global das actividades.
 - ✓ Até ao momento já foram obtidos os seguintes resultados: Realização de um diagnóstico Participativo de 25 comunidades; Apoio financeiro para 7 comunidade (mais vulneráveis); Realização de formações em técnicas agrárias; e Identificação de actividades não agrícolas. No final o apresentador sublinhou ainda algumas das lições aprendidas com a implementação deste projecto e deixou ainda algumas recomendações: As comunidades necessitam de participar na
-

identificação da metodologia a aplicar; De forma geral, os beneficiários estão dispostos a participar; Processo de largo prazo; Importância da participação das instituições / organismos nos diagnósticos e realizações; Necessidade de uma maior coordenação / intercâmbio das informações, metodologias, experiências entre os vários actores.

- ✓ A seguir, **Hélder Marcelino** apresentou “**Metodologias de Desenvolvimento Rural: a experiência da ADRA**”, trazendo ao seminário o exemplo de trabalho da importante organização angolana ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. Marcelino referiu que a ADRA é uma organização comprometida com a construção de um desenvolvimento democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, e com o processo de reconciliação nacional e a paz para Angola, tendo as comunidades rurais como foco principal do seu trabalho.
 - ✓ A organização definiu o desenvolvimento rural como espinha dorsal da sua intervenção através de 5 componentes fundamentais: i) Segurança Alimentar; ii) Terras; iii) Crédito; iv) Educação para Cidadania; e v) Promoção do Desenvolvimento Local. Para além das questões de género e ambiente que, argumenta, são tratadas de forma transversal em todas as componentes, a ADRA assume a componente de segurança alimentar como eixo central da actividade das suas actividades no âmbito do desenvolvimento rural, na medida em que a sua concretização condiciona o alcance de resultados nas outras componentes. Para a operacionalização da sua intervenção, a ADRA implementa projectos junto de comunidades rurais utilizando o método do desenvolvimento comunitário, através do qual procura o “empoderamento” dos homens e das mulheres, do ponto de vista económico e socio-político.
 - ✓ A ADRA adoptou o método do desenvolvimento comunitário como principal estratégia de actuação entendendo-o como “um modelo de educação não-formal, um processo pedagógico de interacção entre mulheres, homens e crianças, por um lado, e as equipas de terreno da Organização, por outro, que visa o desenvolvimento das comunidades, a sua autonomia e o seu “empoderamento” e o exercício da cidadania pelos seus membros. A chave do trabalho da ADRA consiste no aumento progressivo da participação dos membros das comunidades em termos quantitativos e qualitativos e, conseqüentemente, no aumento de poder, relativamente ao projecto. Quatro níveis de participação fundamentais são definidos: informação, consulta, co-gestão e auto-gestão.
 - ✓ No seu entendimento, o desenvolvimento comunitário como modelo educativo de intervenção está a proporcionar o desenvolvimento do capital social, a acção colectiva e a criação de espaços de participação a dois níveis: um interior às comunidades (grupos, associações) e outro exterior a elas (relacionamento com a ADRA, instituições do Estado e outras agências) o que contribui para uma maior autonomia das comunidades e para a construção da cidadania. Além disso, estão a surgir outros espaços mais alargados designados por “fóruns” ou “quadros de concertação municipal” no âmbito de projectos dinamizados pela ADRA, por ONGs e agências governamentais que constituem mudanças significativas em relação ao passado.
 - ✓ Reflexões da organização têm identificado alguns obstáculos à sua actuação tais como: O baixo nível de conhecimento da realidade social em que as equipas actuam; O tipo de formação de base de que a maior parte dos técnicos é portador, com base numa perspectiva assistencialista, paternalista, de modernização acelerada, de fraco compromisso social a favor dos desfavorecidos, pouco crítica e sem pôr em causa o status quo; O deficiente domínio da metodologia e o baixo nível de conhecimentos socio-político por parte dos técnicos.
 - ✓ Em termos mais específicos destacam-se ainda os seguintes obstáculos:
-

-
- A acção de instituições do Estado que nas suas relações com as comunidades usam abordagens autoritárias e impositivas ou paternalistas, desresponsabilizando as populações, mantendo-as em situação de dependência e desvirtuando o trabalho de Desenvolvimento Comunitário;
 - A acção de ONG nacionais e estrangeiras e de igrejas e organizações religiosas portadoras de filosofias de intervenção caritativas, assistencialistas e desresponsabilizantes;
 - A ausência de referências no país sobre Desenvolvimento Comunitário e sobre experiências de sucesso no domínio do desenvolvimento participativo;
 - A falta de estudos e pesquisas na área de ciências sociais que permitam avaliações ajuizadas a montante e a jusante das intervenções;
 - A debilidade institucional e a instrumentalização político-partidária de que são alvo, frequentemente, as instituições;
 - E ainda a iliteracia, certos costumes e tradições e o espírito de dependência em relação ao Governo e a outras instituições por parte das populações.
- ✓ Concluindo, Hélder Marcelino considerou que os resultados da intervenção da ADRA com base no desenvolvimento comunitário são evidenciados nos *domínios da vida material* (as pessoas têm acesso a alimentos de forma mais sustentada através da produção agrícola e da venda de excedentes); *no domínio social* (através do acesso a serviços de saúde e principalmente ao ensino, que vem melhorando de qualidade devido à constante superação de professores que a própria ADRA vem promovendo); *no domínio cultural* (devido à preocupação com o resgate de valores perdidos, ao reconhecimento e valorização de formas organizativas e instituições tradicionais e à assumpção da diversidade cultural); *no domínio cívico* (pela afirmação progressiva da cidadania e da autonomia, expressa na defesa de direitos, em reivindicações de diverso tipo e na mudança do tipo de relacionamento com as instituições do Estado); *no domínio político* (pelo aumento gradual do poder das distintas autoridades comunitárias e seu reconhecimento pelos sistemas interventores, incluindo as Administrações Municipais e Comunais, pela ampliação desses poderes a novos actores comunitários e por uma mais larga participação dos diferentes grupos e pessoas, na vida das comunidades); e, finalmente, *no domínio organizativo* (através da recuperação do papel de algumas das formas organizativas “tradicionais” ou endógenas e da introdução de formas organizativas e de gestão modernizantes).
 - ✓ Para concluir as apresentações deste Tema 3 ouviu-se **Cyprien Ndambi**, consultor do Programa PESA/FAO em Angola que falou apresentou “**As Escolas de Campo (ECAs)**” enquanto uma metodologia importante de capacitação dos camponeses. Cyprien começou por fazer uma pequena abordagem histórica ao surgimento desta metodologia desenvolvida pela FAO situando-a no final dos anos 1980 no sudeste asiático como resposta aos modelos de extensão existentes que se verificavam ineficazes e pouco efectivos. Esta metodologia, explicou, teve depois uma rápida expansão para outras regiões como África e América Latina.
 - ✓ Entrando directamente no tema referiu que uma ECA constitui uma metodologia participativa de extensão e que é constituída por um grupo de camponeses (15 a 30 pessoas) que se reúnem semanalmente, durante todo o ciclo vegetativo dum cultivo. Cada ECA tem um facilitador com a função de estimular a auto-aprendizagem de cada um dos participantes através da observação, reflexão e análise de cada situação (produtiva, social, ambiental, *etc.*).
 - ✓ O objectivo principal das ECAs é partilhar e valorizar o conhecimento local, desenvolver a capacidade para entender e solucionar os problemas e tomar decisões fundamentadas na observação e na experimentação. O apresentador considerou que esta metodologia é apropriada para trabalhar com camponeses em condições de pobreza e insegurança alimentar, com baixa auto-estima e habituadas a receber assistência de forma passiva.
-

-
- ✓ Em seguida, apresentou os elementos-chave das ECAs: 1) A “sala de aula” (A sala de aula de uma ECA é o próprio campo. Cada ECA dispõe duma área comum (1500-2000 m²) para as suas experimentações; 2) O programa (é desenvolvido pelos camponeses e centrado nos aspectos onde se encontram os problemas maiores); 3) Os temas técnicos (os temas técnicos mais frequentes são o manejo ecológico dos solos, o manejo integrado de pragas, a experimentação de novas variedades, a comercialização da produção, entre outros temas como a pecuária, saúde, HIV SIDA, género, etc.); 4) O grupo (o grupo é formado pelos camponeses com interesses comuns, com vontade de aprender e dispostos a oferecer os seus próprios recursos durante a capacitação); e por fim 5) O Facilitador (deve conhecer detalhadamente a metodologia, para além de ter conhecimentos de técnicas participativas e de sistemas de produção. Pode ser um extensionista, um promotor ou um camponês treinado numa ECA).

 - ✓ No caso particular de Angola referiu que esta metodologia está a ser implementada com bastante sucesso nas províncias de Huambo e Bié e explicou as principais fases de implementação do processo:
 - *Fase 1 - Formação de formadores:* (Conhecimento e apropriação da metodologia por parte dos responsáveis de extensão; Identificação dos futuros facilitadores entre o pessoal das EDA (20 pessoas), ONG e outros parceiros (20 pessoas); Elaboração e implementação do programa de formação.

 - *Fase 2 - Implementação prática das ECA:* (Cada técnico formado facilitará uma ECA; Cada ECA receberá os recursos necessários para seu funcionamento; Os camponeses geram um fundo rotativo (sementes, dinheiro..) para sustentabilidade das práticas aprendidas; Realização de Intercâmbios de experiências entre ECA e vários parceiros.

 - *Fase 3 - Multiplicação e consolidação da experiência:* (70 facilitadores formados entre 40 técnicos e 30 camponeses das primeiras ECAs); 90 ECAs constituídas e em funcionamento; As ECAs que demonstrem boa gestão dos fundos rotativos poderão receber fundos do projecto para capitalizar o fundo rotativo e implementar novas iniciativas (micro-projectos); Acções de sensibilização, sistematização e disseminação da experiência.

TEMA 6: O papel das Universidades na promoção da Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural

- ✓ No Tema 6 as instituições de ensino e pesquisa presentes foram convidadas a trazer os seus contributos ao seminário procurando identificar o papel que podem ter na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural. Para o debate foram lançadas as seguintes questões:
 - i) Modo de articulação entre Universidades
 - ii) Suporte das Universidades na construção da Segurança Alimentar e Nutricional
 - iii) Produção e difusão de conhecimento
 - iv) Facilitação de diálogo entre os vários actores

 - ✓ Cada instituição fez uma breve apresentação do trabalho que desenvolvem e das iniciativas em curso, particularmente no âmbito da SAN. A Faculdade de Ciências Agrárias ressaltou vários projectos em curso nomeadamente a parceria com o CERESAN da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Ryerson University (Canadá) com as quais desenvolve um projecto de capacitação através de um curso *on line* e realização de Workshops temáticos na província do Huambo. A Faculdade de Ciências sublinhou a importância de Angola poder desenvolver um
-

Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional na Universidade Agostinho Neto e ressaltou a iniciativa que estão a preparar para Outubro no âmbito do “1º Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional”¹². O ISPRA e a ESAC evidenciaram a possibilidade de realização de estágios e intercâmbio de alunos e professores nas temáticas relacionadas.

- ✓ As instituições académicas presentes congratularam-se pelo diálogo que se gerou entre estas e a sociedade civil e manifestaram disponibilidade para a realização de estudos e pesquisas em conjunto. A oportunidade de realização de protocolos de parceria entre Universidades angolanas e estrangeiras foi também um tema debatido. Foi ainda sublinhado o facto de o Ministério da Agricultura e da Faculdade de Ciências Agrárias disporem de inúmeros documentos e materiais nas suas bibliotecas, nomeadamente produzidos pela FAO e outras instituições, pelo que se revela necessário divulgar e tornar essa informação mais acessível ao público.

Visitas a projectos do terreno

- ✓ No dia 14, último dia do seminário, foram disponibilizadas aos participantes três visitas na Província de Huila com o objectivo de proporcionar um contacto directo com projectos no terreno e com os seus beneficiários. Os participantes optaram por um dos três programas disponíveis.
- ✓ A *Visita 1* correspondeu ao projecto “PEARSA - Projecto de Estudo e Apoio à Reabilitação da Segurança Alimentar” implementado pela Acción contra el Hambre em Chicomba, tendo os participantes reunido com a equipa do projecto e tomado contacto com as comunidades beneficiárias; A *Visita 2* foi ao “Projecto de Apoio à Produção Familiar (PASSUKA II)” implementado pela ADRA na Matala tendo os participantes reunido com a “Associação de Mulheres da Matala”; A *Visita 3* consistiu em dois projectos: I) “Projecto de Segurança Alimentar” implementado pela ADRA em Kalukembe onde os participantes reuniram com equipa do projecto, assistiram a uma apresentação, visitaram os beneficiários e um armazém comunitário de conservação de sementes; e II) Visita ao “Programa de Apoio às Micro-empresas Rurais e de Comercialização Agrícola” implementado pela Agromarket no mesmo município onde os participantes visitaram a Cooperativa da Vila Branca e produtores modelo.



Participantes do seminário realizam visitas ao terreno para conhecerem projectos de segurança alimentar e desenvolvimento rural e contactarem com os seus beneficiários.

¹² Para mais informações sobre este evento consulte <http://www.1simpoclpseg-alimentar.com/>.

6. TRABALHOS DE GRUPO

- ✓ Os debates realizados durante o seminário revelaram duas questões fundamentais:
 - a) A necessidade de criar uma estratégia de segurança alimentar e nutricional para Angola;
 - b) A necessidade da sociedade civil juntar esforços através do trabalho em rede para construir conjuntamente essa estratégia nacional de SAN, tendo por base a experiência partilhada pelas organizações;
- ✓ Foram organizados 4 grupos de trabalho cujos resultados se sintetizam nos quadros abaixo:

Grupos 1, 2 e 3: Organizações da Sociedade Civil

Grupo 4: Estado e Organizações Internacionais

- ✓ Aos Grupos de Trabalho da Sociedade Civil foi colocado o desafio de debaterem e apresentaram ao seminário os seguintes pontos:
 - Apresentação das organizações (área de actividade, relações com outras organizações, com governo, instituições de ensino e doadores);
 - Áreas prioritárias de acção conjunta;
 - Disponibilidade para participar;
 - Possível contribuição (apoio político, apoio técnico, apoio operacional, apoio financeiro, etc.);
- ✓ Ao Grupo de Trabalho das organizações internacionais e dos vários sectores de Governo presentes foi colocado o seguinte desafio:
 - Que tipo de mecanismos poderiam facilitar a participação da sociedade civil na construção de uma estratégia de segurança alimentar e nutricional?
- ✓ Os resultados dos grupos sintetizam-se nos quadros seguintes:

GRUPO 1 – Sociedade Civil

Facilitadores: Dinho Major e Filipe Pequenino

Organizações presentes no grupo

IMAT; OKUTIUKA; CIC; APN; ADRA; ADESPOV; ACH; HORIZONTE; AMEH; FONGA

Principais áreas de actuação

- Terra (advocacia)
 - Acção contra minas
 - Democracia e participação
 - Desenvolvimento rural
 - Pesquisa/ Estudos
 - Segurança Alimentar
 - Cidadania
 - Promoção do desenvolvimento local
 - HIV/SIDA & Género & Ambiente
 - Microcrédito
 - Promoção da defesa e protecção dos direitos da criança
 - Advocacia pelo direito à educação
 - Saúde e nutrição
 - Água e saneamento
-

-
- Responsabilidade social de empresas
 - Alfabetização
 - Educação formal e profissional
 - Aproveitamento de recursos locais

2. Relação com outras organizações, instituições de ensino e doadores

a) Relações entre ONG's

- Redes Terra (Luanda)
- Fórum Terra (Kwanza Sul)
- Consórcio Terra (Huila)
- Rede Eleitoral (Kwanza Sul, Luanda, Províncias)
- Grupo de Segurança Alimentar (Huila, Benguela)
- Rede Protecção da Criança (Provincial)
- Rede Direitos Humanos (Provincial)
- Coligação Terra (já não existe)
- Coligação de ensino gratuito (Huambo e Benguela)
- Aliança REDESC (Luanda, Zaire, Uíge, Malange)
- FONGA (nacional)
- ALONGAH (Huambo)
- RASME (nacional)

b) Relações entre ONG's e Governo/ Instituições Académicas

- Comité dos Direitos Humanos (Ministério da Justiça e OSC's)
- IDA: Planificação conjunta e complementaridade das acções
- Quadro de Consertação Municipal (coordenação)
- Fóruns municipais
- ONG's/ FONGA com MINARS/ UTCH (troca de informação/ coordenação e orientação)
- Programa de Capacitação entre ONG's e Instituições Académicas na Área da Segurança Alimentar
- Projecto de Pesquisa (ONG's com Instituições de Ensino e Instituições Internacionais)

c) Relações com doadores

- Programas de formação
- Co-financiamento de projectos
- Relações de parceria (discussão conjunta)
- Centro de desenvolvimento e parcerias
- Financiador (dá dinheiro e cobra as contas)

3. Áreas prioritárias para coordenação/Acção Conjunta

- Troca de informações e divulgação/ aprendizagem
- Terra e outros recursos produtivos (acesso, posse e uso da terra)
- Advocacia/ influenciar políticas
- Monitorização de programas, políticas e leis de SAN
- Estudos e pesquisas

Nota: HIV/SIDA e Género são questões transversais

Organizações da Sociedade Civil → Rede Nacional SAN

OSC + Gov./ Inst. Internacionais → Plataforma de Discussão com Governo e Inst. Internacionais

4. Disponibilidade para participação na rede

- APN (Terra, Segurança Alimentar, etc.)
 - ADRA
 - ADESPOV
 - HORIZONTE (Segurança Alimentar)
 - OKUTIUKA (Advocacia, Monitorização, Informação/ Aprendizagem)
 - AMEH (Informação/ Aprendizagem, Terra, Advocacia)
-

- FONGA
- ACH

Proposta de Coordenação:

TOR – Abrangência nacional

- Facilidade de comunicação
- Ligação aos temas abordados
- Disponibilidade para participar e coordenar

ADRA

5. Possíveis contribuições

- AMEH - Associação de Mulheres Empreendedoras e de Negócios de Huila;
 - Apoio técnico e operacional;
 - Experiência em microcrédito.
- ADRA - Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental;
 - Formação: Assoc./ Desenvolvimento Comunitário;
 - Apoio político;
 - Influenciar políticas/ estratégias;
 - Estudos e pesquisas/ divulgação;
 - Monitorização e avaliação;
 - Apoio técnico;
 - Financeiro/ intermediário.
- OKUTIUKA - Influenciar políticas;
 - Apoio operacional em Huambo;
 - Transporte, computadores, mobilização, divulgação, encontros, etc.;
 - Financeiro.
- APN = ADRA para Kwanza Sul, Luanda e Bengo
- ADESPOV; HORIZONTE; FONGA; SNV e IMAT (Participação em encontros; advocacia)
- SNV - Desenvolvimento organizacional; Diagnósticos; Formação.
- FONGA - Formação.

GRUPO 2 – Sociedade Civil

Facilitadores: Kamia Carvalho e Marta Antunes

Organizações presentes no grupo

ADCP; CIC; ACCORD; ASD; World Vision; ISPRA; SINFIC; ACH;

Apresentação das Organizações que integraram o grupo

ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Participativo do Sul de Angola

É uma ONG Nacional, com 12 anos de trabalho. As suas principais áreas temáticas são: Educação, Saúde, HIV/SIDA, Formação profissional e tráfico de crianças; Os Grupos-alvo prioritários são as crianças e adolescentes.

CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura

- Em Angola desde 1993 e no Huambo desde 1998, onde tem hoje todos os projectos;
- Áreas de actuação são: Saúde, Água e saneamento, Escolas, Formação profissional, 3 anos na SAN e associativismo;
- Algumas actividades desenvolvidas incluem: Cooperativa de camponeses (hoje 14 – meta 18 até ao final do ano); Reabilitação sócio profissional com ex-militares (alargado o grupo alvo hoje – parceria com UNACA); Cooperativa (funciona com um fundo comunitário; visa o escoamento de produtos para o mercado; A cooperativa ajuda os seus membros a produzir através de assistência técnica e experimentação; Desenvolvem actividades de pequena transformação de mandioca, mel e frutas;

ASD – Acção de Solidariedade e Desenvolvimento

- ONG de carácter nacional (Existe há 10 anos)
- Trabalho com projectos de emergência e de distribuição de alimentos
- Projectos no âmbito agrícola – 1998/9 – produção de trigo com mulheres
- Emergência – construção de infra-estrutura básica em alguns municípios
- Missão – promoção e divulgação de direitos humanos em vários municípios
- Projecto de assistência à segurança alimentar no projecto de reintegração de ex-militares em alguns municípios – sementes, instrumentos agrícolas, gado de tracção animal e gado caprino (entregue a mulheres viúvas e mulheres vulneráveis identificadas nas comunidades)
- Saúde para as crianças – sede do Lubango

World Vision (Huambo)

- Programa de Desenvolvimento Económico
 - 3 Municípios em parceria com BPC
 - Crédito de fertilizante a camponeses, programa de comércio justo e solidário
 - Parceria com a FAO no projecto Escola das lavras.

ISPRA

- Grupo de docentes iniciou processo de mapeamento da experiência de professores dos cursos de agronomia, Ecoturismo e da engenharia do ambiente e das parcerias já realizadas na área de SAN e DR; Realização de reuniões de reflexão para a actuação futura.

SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, SARL

- Empresa de consultoria que trabalha nos planos de desenvolvimento provinciais
- Não tem acções específicas de SAN mas nos planos abrangem o sector rural
- Diagnósticos do sector rural
-

Acción Contra el Hambre

- Encontra-se há um ano e meio em dois municípios do HUILA e está a iniciar no Huambo
- Áreas de actuação: SAN, Saúde, Água e Saneamento
- Os seus projectos dividem-se em duas fases: Diagnostico e Apoio
- Desenvolvem Acções de Formação
- Financiamento
- Apoio a globalidade de actividades (meios de produção, diversificação de actividades considerando a interdependência do sistema agrário (caprinos, tracção animal, geração de rendimento, apoio técnico, reciclagem formações, etc.)

Possíveis Acções Conjuntas

- Maior coordenação
- Sensibilização e consciencialização
- Mapeamento de organizações e suas áreas de intervenção
- Pesquisas e estudos
- Intercâmbio
- Intersectoralidade entre acções
- Lobby e advocacia
- Sensibilização e consciencialização
 - Educação e consciencialização – ONGS, Estado
 - Usar espaços sociais para divulgação do conhecimento
 - Usar material das Organizações para capacitação dos professores
- Mapeamento de organizações e suas áreas de intervenção
 - Para poder estabelecer parcerias
 - Informação que não está agregada
- Pesquisas e estudos
 - Documentos produzidos
 - Monitoramento de preços
 - Memória institucional e históricas e socializar as informações (coordenações que já existiram e é importante retomar o que resultou e o que não resultou)

- Avaliar se temos ou não insegurança alimentar – desenvolver alguns indicadores adaptados e simplificados
- Intercâmbio
 - Apoio técnico dado e discussão de modelos de produção e comercialização
 - Experiências – intercâmbio de metodologia e abordagens e intercâmbio das experiências
 - Rede de informação
- Intersectoralidade entre acções
 - Grupos alvos de uns podem ser dos outros depois de resolvido um dos problemas (exemplo criança de rua que volta para a família)
 - Universidades – potencialidade de pensar estágios, discutir linhas de pesquisas, etc.
- Lobby e advocacia
 - Lobby e advocacia na parte legal
 - Experiências têm de virar leis e programas;
 - Tempo dos programas e tempo da produção
 - Educação (qualidade) – Estado
 - Buscar o envolvimento do Estado – com a rede da sociedade civil mais organizada buscar os espaços para o diálogo.

GRUPO 3 – Sociedade Civil

Facilitadores: Miguel Malta e Francisco Sarmento

Tipologia das organizações presentes no grupo

1. Redes de ONG (FONGA)
2. ONG (nacionais e estrangeiras, ADRA, MUFICA)
3. Instituições de ensino superior (nacionais e estrangeiras)
4. Confederação de Associações de Camponeses e cooperativas (UNACA)

Áreas/Temas de intervenção das organizações

- Desenvolvimento Rural, agricultura e pecuária;
- Saúde (HIV/SIDA) e nutrição;
- Direitos humanos (alimentação e outros),
- Luta contra a pobreza e integração social (ex-militares);
- Cidadania (apoio às eleições) e Género;
- Advocacy e lobbying
- Capacitação, alfabetização e apoio institucional;
- Emergência, segurança alimentar, soberania alimentar e terra;
- Micro-crédito
- Infra-estruturas (escolas, cantinas, água e saneamento, sistemas de rega);
- Ensino superior, investigação e apoio à comunidade.

Relações com outras Organizações da Sociedade Civil

- Parceria com outras organizações da sociedade civil é comum ao nível dos projectos;
- Instituições de ensino superior para além de contactos de carácter pessoal dos seus elementos não cooperam com outras OSC;
- Várias organizações participam em consórcios e redes (Terra, HIV/Sida, Criança, Portador de deficiência)

Relações com Governo e Doadores

- As relações com governo “são boas”;
- Parceria nos projectos com estruturas dos vários Ministérios (Agricultura, Saúde, Planeamento, Comércio, Juventude e Desporto) e estruturas destes Ministérios (IDA);
- Instituições de ensino superior com relações pontuais com governo
- Relações com doadores estrangeiros, União Europeia, ONG internacionais, Agências de cooperação;

Disponibilidade para integrar e participar numa Rede, áreas prioritárias de acção conjunta

- Unanimidade quanto ao interesse da criação de uma rede de OSC para a segurança alimentar em Angola;
- Todas as organizações se mostram interessadas em integrar e contribuir para constituição desta rede;
- Áreas prioritárias identificadas foram lobby e advocacy para a Segurança Alimentar e Direito à Alimentação;

Contributos para a Rede

- Apoio político;
- Apoio técnico e operacional nas áreas da especialidade de cada organização;
- Estudos e pesquisas;
- Capacitação
- Informação e conhecimento;
- Apoio à constituição da rede com base na experiência de redes de outros países, intercâmbios;
- Integração em redes internacionais (CPLP)
- Recursos Humanos
- Recursos Financeiros

GRUPO 4 – Estado e Organismos Internacionais

Facilitadores: Alberta Mascaretti e João Pinto

Entidades presentes no grupo

- Direcção Provincial de Agricultura (Huila)
- Ministério da Saúde (Sector Nutrição)
- Instituto de Desenvolvimento Agrário (Huila)
- Grupo de Análise de Vulnerabilidade
- Instituto de Investigação Veterinária (Namibe)
- Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto
- Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto
- PAM
- FAO
- SETSAN / Moçambique
- CONSEA / Brasil

Mecanismos que poderiam facilitar a participação da sociedade civil na construção de uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Realização de um diagnóstico institucional com a participação da sociedade civil e Estado para identificar quais os grupos provinciais que existem e como estão representados;
 - Uniformizar conceitos e princípios básicos sobre segurança alimentar e nutricional
 - Constituir uma estrutura supra-ministerial, ao mais alto nível (vinculada à Presidência da Republica, Gabinete I Ministro), para coordenar políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional, tal como sugerido na carta conjunta sobre o “Estudo de Caso sobre Alimentação e Nutrição no contexto do DHAA”
 - Promover a participação da sociedade civil a 3 níveis: Nacional, Regional/Provincial e Municipal, tendo em consideração a representação das comunidades e organizações de base nos vários espaços de participação;
 - Sensibilização e divulgação das iniciativas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional e com o DHAA;
 - Constituição de um Observatório Social com a função de monitorar, avaliar e controlar as acções no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional;
-



Participantes reunidos nos Grupos de Trabalho

7. CONCLUSÕES

- ✓ Considerando a **importância assumida pelo Direito à Alimentação** enquanto direito humano básico, concluiu-se neste seminário que **deve ser dada particular atenção à sua integração nas estratégias e políticas de segurança alimentar e nutricional no país;**
 - ✓ O seminário revelou uma **sintonia de posições entre sociedade civil, governo, organismos internacionais e instituições académicas relativamente à necessidade de uma estratégia e programa nacional de SAN em Angola** assim como a importância da participação da sociedade civil nesses processos.
 - ✓ A realização deste seminário contribui para o debate sobre a necessidade da construção institucional da SAN e do direito à alimentação em Angola e a importância da sua articulação com acções de desenvolvimento rural. Ao nível dos debates e discussões realizadas destacam-se os seguintes pontos:
 - Existência de **descontinuidade e desajuste entre os vários programas e políticas em curso** levando a uma duplicação de esforços e de recursos;
 - **Necessidade de uma maior descentralização e intersectorialidade na definição das políticas** relacionadas com a SAN;
 - Necessidade de **políticas e programas especialmente dirigidos aos grupos mais vulneráveis**, em particular às mulheres;
 - Necessidade de **maior apoio e diversificação da agricultura familiar** tendo em vista a importância que os pequenos agricultores desempenham na promoção da segurança alimentar;
 - A **fraca qualidade dos dados disponíveis sobre SAN** provoca dificuldades de monitoramento e de acesso à informação;
 - Necessidade de **maior divulgação do tema do Direito à Alimentação;**
 - ✓ A **sociedade civil considera que devem ser reforçadas as suas capacidades de análise e formulação de propostas no sentido de contribuir para a manutenção do diálogo** iniciado neste seminário e, conseqüente, para a construção de uma estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional em Angola;
 - ✓ Para tal, **as organizações da sociedade civil presentes no seminário entenderam reunir esforços para iniciar um trabalho conjunto através de uma Rede temática de Segurança Alimentar e Nutricional que reforce as suas capacidades e coordenação para que possam participar com maior qualidade no diálogo com Governo e organismos internacionais.** Outras organizações interessadas em participar desse processo de articulação serão convidadas a juntar-se a esta Rede. Uma nova reunião será convocada oportunamente para discussão e aprovação dos documentos de trabalho da rede e definição de acções futuras;
 - ✓ Considerou-se, ainda, que **é necessário criar mecanismos que facilitem a participação da sociedade civil no diálogo com o governo e organismos internacionais, no que diz respeito às estratégias e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional.** Em particular, identificaram-se algumas acções que podem contribuir significativamente para a
-

construção institucional da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em Angola:

- **Realização de um diagnóstico institucional com a participação da sociedade civil e Estado para identificar quais os grupos provinciais de segurança alimentar, que já existem e quais as organizações que fazem parte;**
 - **Uniformização de conceitos e princípios básicos sobre segurança alimentar e nutricional;**
 - **Constituição uma estrutura supra-ministerial, ao mais alto nível** (vinculada à Presidência da República, Gabinete do I Ministro), **para coordenar políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional**, tal como sugerido na carta conjunta sobre o “Estudo de Caso sobre Alimentação e Nutrição no contexto do DHAA”
 - **Promoção da participação da sociedade civil a 3 níveis:** Nacional, Regional/Provincial e Municipal, tendo em consideração a representação das comunidades e organizações de base nos vários espaços de participação;
 - **Sensibilização e divulgação das iniciativas e programas** relacionados com a segurança alimentar e nutricional e com o DHAA;
 - **Constituição de um Observatório Social** com a função de monitorar, avaliar e controlar as acções no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ As organizações presentes emitiram duas **Declarações com as conclusões e reivindicações** deste seminário (Ver **Anexos II e IV**).
-

8. MENSAGEM DE JEAN ZIEGLER (RELATOR ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO)

Aos participantes do Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural Lubango (Angola) - Junho 2007¹³

Caros participantes,

Antes de mais, gostaria de congratular a ActionAid, a ADRA, a ESAC, o ISPRA e o Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola por terem organizado este seminário. Gostaria igualmente de congratular os participantes e, desde já, peço desculpa por não estar presente, devido à 5ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a decorrer em Genebra.

Actualmente, os níveis globais da fome continuam a aumentar. O número de pessoas a sofrer de fome tem vindo a aumentar desde 1996, atingindo os 854 milhões de pessoas em 2006. Apesar de todos os compromissos assumidos pelos Governos, em 1996, na primeira Cimeira Mundial de Alimentação e, novamente, na Cimeira do Milénio, em 2000, quase nenhum progresso se registou na redução da fome. Mais de 6 milhões de crianças ainda morrem todos os anos antes dos 5 anos de idade.

Isto é inaceitável! Todos os seres humanos têm o direito de viver com dignidade, livres da fome.

Por todas estas razões, o diálogo a decorrer no Lubango é essencial. Este, certamente contribuirá para a construção de um quadro institucional que assegurará o direito à alimentação em Angola. As discussões que ligam o desenvolvimento rural e o direito à alimentação, considerando a actual fase de desenvolvimento em Angola, serão uma contribuição valiosa.

O envolvimento da sociedade civil neste processo é importante e gostaria aqui de reiterar a importância de reforçar as redes nacionais para participar neste processo. Desta forma, gostaria de partilhar o meu entusiasmo com a possibilidade da criação de uma rede nacional de segurança alimentar em Angola

Desejo a todos os participantes uma discussão e trabalho proveitosos e encontro-me disponível para apoiar futuras acções deste processo.

Jean Ziegler
Relator Especial das Nações Unidas para o
Direito à Alimentação

¹³ Traduzido pela Comissão Organizadora.

9. DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Discurso de Encerramento

Exma. Sra. Representante da FAO, Alberta Mascaretti, Sr. Miguel Malta, representante da ESAC, e Sr. Francisco Sarmento, da AA International, e demais presentes:

Em nome de sua Exc. a Sra. Directora Provincial de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Huíla congratulo-me com o sucesso deste Seminário.

Gostaria de agradecer às instituições organizadoras e aos apoios pela realização deste Seminário Internacional sobre o Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural no Lubango. Gostaria também de me congratular pela grande adesão da Sociedade Civil, nas mais variadas áreas de actuação, nomeadamente, pelo grande número de ONG presentes. Como nota final acerca dos temas aqui abordados, congratulo-me pelo debate aberto, participação activa e troca de experiência não só ao nível nacional, como internacional e pelo grande compromisso que foi assumido por todos em trabalhar de uma forma mais coordenada, integrada e sustentável. Registamos as motivações e as preocupações aqui expressas e que concerteza serão alvo de futuras reflexões. O Governo está empenhado na definição de estratégias que visem a segurança alimentar através do diálogo constante e permanente com todas as organizações que se disponham a actuar em prol do desenvolvimento de Angola.

Ao mesmo tempo o Governo reconhece o apoio das organizações da Sociedade Civil e conta com todas elas na definição de futuras acções para melhorar a Segurança Alimentar das populações em Angola.

O Governo está particularmente atento às populações mais vulneráveis, nomeadamente, as mulheres, as crianças e os idosos e continua a envidar esforços para a melhoria das suas condições de vida. A Segurança Alimentar é crucial para a redução da pobreza, daí que esta discussão tenha sido bastante profícua para reforçar as acções no terreno dinamizadas pelos vários actores.

Antes de terminar, aproveito para desejar um óptimo regresso a casa de todos.

Declaro assim encerrado o Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”.

Dr^a. Paula Jacob

Lubango, 13 de Junho de 2007.

ANEXOS

ANEXO I – Comissão Organizadora



Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Organização Não-Governamental angolana criada em 1990 possui uma vasta experiência na promoção da segurança alimentar e no desenvolvimento rural;

Contactos:

Praceta Farinha Leitão, 27 - 1º Dtº - C.P. 3788, Bairro Ingombotas, Luanda, Angola
Telf.: (00244) 222-396683 / Fax.: (00244) 222-399312 / E-mail: info@adra-angola.org
Url: <http://www.adra-angola.org/cms/>



Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC)

Instituição de ensino superior portuguesa centenária que desenvolve actividades relacionadas com a segurança alimentar em Angola em parceria com outras instituições;

Contactos:

Bencanta, 3040-316 Coimbra, Portugal / Telf.: +351 239 802 940 / Fax.: +351 239 802 979
E-mail: mmalta@esac.pt (Miguel Malta) Url: <http://www.esac.pt/>



International Food Security Network (IFSN, ActionAid International)

O *IFSN - International Food Security Network*, é um projecto implementado pela ActionAid (ONG Internacional, presente em mais de 40 países e com sede na África do Sul) e co-financiado pela União Europeia e que tem como objectivos o fortalecimento da Sociedade Civil do Sul com vista à sua participação no diálogo e influência na definição das políticas de Segurança Alimentar a nível, local, nacional, regional e internacional. Como parte deste projecto 19 redes nacionais foram criadas e fortalecidas em países divididos por África, Ásia e América Latina. Para a prossecução de seus objectivos o IFSN desenvolve um conjunto de actividades que incluem o trabalho em rede, construção de parcerias, pesquisa, capacitação e partilha de conhecimento bem como acções de lobby e advocacy.

Contactos:

IFSN Project Global Coordination: Rua Santa Luzia, 651/17º floor; CEP 20030-041, Rio de Janeiro – RJ – Brazil
Phone: +55-21 2189-4600 / E-mail: ifsn@actionaid.org / Website: www.ifsn-actionaid.net / ActionAid: www.actionaid.org



Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA, Campus do Lubango)

Instituição de ensino superior privado angolana com competências em áreas relacionadas com a segurança alimentar e desenvolvimento rural;



Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola (UNHRO)

Representação das Nações Unidas em Angola para os aspectos relacionados com os Direitos Humanos, nomeadamente o “Direito à Alimentação”.

Contactos:

Complexo residencial Miramar, RuaNdunduma, 7-9, P.O Box 5185, Luanda, Angola
Telf.: +244 2-440550/447826 / Fax.: +244 2-449720 / E-mail: kccarvalho@ohchr.org



Vicentina
Associação para o
Desenvolvimento do Sudoeste

Vicentina - Associação de Desenvolvimento Local

Associação de Desenvolvimento Local portuguesa com grande experiência na promoção de modelos participativos de desenvolvimento local em meio rural; a Vicentina integra a rede de entidades vinculadas à iniciativa comunitária “LEADER”, apoiando iniciativas de cooperação com países do Sul, nomeadamente com Angola.

Contactos:

Rua Direita, n.º 13, 8600- 069, Bensafrim, Portugal / Telf: + 351 282 - 680 120, Fax: +351 282 680 129
E-mail: vicentina@vicentina.org / URL: <http://www.vicentina.org/>

ANEXO II – Listagem de Participantes

Lista de Organizações

Organizações da Sociedade Civil

ACCORD
ACH – Acción Contra el Hambre
ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento
ActionAid International
ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Participativo do Sul de Angola
ADESPOV – Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social de Populações Vulneráveis
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Caritas Angola
Agromarket
APN – Ajuda Popular da Noruega
Associação Mulheres Empresárias da Huila
ASD – Acção de Solidariedade e Desenvolvimento
CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
FIAN International - FoodFirst Information and Action Network
FONGA – Fórum das ONGs Angolanas
GADC – Grupo de Apoio para o Desenvolvimento Comunitário
Horizonte
IFSN/ActionAid – Projecto “Construindo redes de segurança e soberania alimentar”
MAFIKU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário
OKUTIUKA – Acção pela Vida
ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar
SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, SARL
SODEMAT
SNV – Organização Holandesa de Desenvolvimento
UNACA – União Nacional das Organizações de Camponeses Angolanos
World Vision

Organizações Internacionais

FAO – Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas
PESA/FAO – Programa Especial de Segurança Alimentar
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as crianças e Educação
UNHRO – Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola
União Europeia
PAM – Programa Mundial de Alimentos
IRIN – Integrated Regional Information Network (UNOCHA)

Instituições de Ensino e Pesquisa

Escola Superior Agrária de Coimbra
Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto
Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto
Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente
Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro
ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola
Universidade de Wageningen

Órgãos de Governo

Governo da Província da Huila
Ministério da Saúde de Angola (Sector Nutrição)
Ministério da Educação, Cultura e Tecnologia (Huila)
Ministério da Agricultura (Huila)
Grupo de Análise de Vulnerabilidade
IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário (Huila)
Instituto de Investigação Veterinária (Namibe)
Direcção Provincial de Agricultura (Huila)
SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar (Moçambique)
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil)

Lista de Participantes

<i>Nome</i>	<i>Instituição</i>	<i>E-mail</i>
Adriano Gomes	ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola	adrixgomes@yahoo.com.br
Albano Lussaí	UNACA - União Nacional das Organizações de Camponeses Angolanos	-
Ana Teresa Paulino	Instituto Médico Agrário do Tchivinguiro	tchinvinguiro@com.se
António Mendes	IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário (Huila)	-
António Vituro dos Santos	ADCP - Associação para o Desenvolvimento Comunitário Participativo do Sul de Angola	
Alberta Mascaretti	FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	alberta.mascaretti@fao.org
Alves Primo	ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	hpaprimo@yahoo.com.br
Antero Leirinho	CARITAS Angola	caritashuila@netangola.com
Arturo Angulo	FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	arturo.angulo@fao.org
Belarmino Jelembi	ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	jelembi@yahoo.com.br
Benjamim Chindombe	ADESPOV - Associação de Desenvolvimento e Enquadramento Social de Populações Vulneráveis	benjamimchindombe@yahoo.com.br
Bernardino Euteta	FONGA – Fórum de ONGs Angolanas	bernardino144@yahoo.com.br
Carlos Dias Pereira	Escola Superior Agrária de Coimbra	cpereira@esac.pt
Carlos Ribeiro	ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola	cribeiro@supernet.ao
Carmen Lahoz	Consultora internacional da FAO	carmen_lahoz@hotmail.com
Celso Abreu	Acción Contra el Hambre	
Cláudia Costa	AME - Associação Mulheres Empresárias da Huila	
Cristina Roça	CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura	cic.angola@gmail.com
Cyprien Ndambi	PESA/FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	ndambindoki@yahoo.fr
Dinho Major	ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	dmajor.adra@angonet.org
Eneida Martins	UNHRO – Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola	
Erlly Oliveira	PAM – Programa Mundial de Alimentos	erly.oliveira@wfp.org
Fernanda Lages	ISCED/ISPRA	f_lages@yahoo.com.br
Fernando Assis	Governo da Província da Huila	assiszoo@yahoo.com.br
Filipe Pequenino	ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (Moçambique)	filipe.pequenino@actionaid.org
Francisco Sarmento	ActionAid internacional	francisco.sarmiento@actionaid.org
Graciano Branco	AGROMARKET	agromarket-huila@yahoo.com.br
Guillermo Cuellar	União Europeia	paid.hla@snet.co.zo
Guilherme Santos	ADRA e SNU	gsantos@snuworld.org
Hélder Osvaldo	ANGOP - Agência de Notícias Angola Press	helder31180@hotmail.com
Henrique Alves Primo	ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	hpaprimo@yahoo.com.br
Hélder Marcelino	ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	chehelder@yahoo.com.br
Hilde van Dijkhorst	Universidade de Wageningen	

Inácio Domingos	MAFIKU - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário	wwwongmafiku@yahoo.com
João Castro "Freedom"	LIDDHA/FONGA	liddhaangolaorg@yahoo.com
João Domingos - Jonito	APN – Ajuda Popular da Noruega	npa.org.jonito@nexus.ae
João Neves	UNICEF - Fundo das Nações Unidas para as crianças e Educação	jsneves@unicef.org
João Pinto	Consultor IFSN/ActionAid	joaonpinto@gmail.com
Joaquim Morais	Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto	joaqiumm@yahoo.com
Jorge Moreira	Escola Superior Agrária de Coimbra	jmoreira@esac.pt
José Afonso	HORIZONTE - ONG	-
José Correia	ISPRA - Instituto Superior Privado de Angola	
José Filipe	GADC - Grupo de Apoio para o Desenvolvimento Comunitário	gadc001@yahoo.com.br
Josefa Silva	Ministério da Agricultura - Huila	
Josefina Cruz	Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente	jusscoucelo@hotmail.com
Kamia Carvalho	UNHRO – Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola	kccarvalho@ohchr.org
Maliana Serrano	Universidade de Wageningen	maliana.serrano@hotmail.com
Manuel Domingos	Acción Contra el Hambre	
Margarida Ventura	ISPRA - Instituto Superior Privado de Angola	mventura@supernet.ae
Maria João Chipalavela	ISPRA - Instituto Superior Privado de Angola	
Maria Santiago	World Vision	fuchisachitemo@yahoo.com.br
Maria Tati	Ministério da Saúde (Sector Nutrição)	
Mariana Biechieri	FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	
Marta Antunes	IFSN – International Food Security Network/ActionAid	marta.antunes@actionaid.org
Mateus Vicente	ASD - Acção de Solidariedade e Desenvolvimento	-
Miguel Malta	Escola Superior Agrária de Coimbra	mmalta@esac.pt
Noé José	CICA/ Representante ACCORD	cimamennonitas@yahoo.fr
Olívio Gambo	IRIN - Integrated Regional Information Network (UNOCHA)	
Paula Jacob	Ministério da Educação (Huila)	longuissaeduhuila@yahoo.com.br
Paulina Semedo	Ministério da Saúde (Sector Nutrição)	paulina_semedo@hotmail.com
Paulino Adriano	ACORD - Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento	padriano_2007@yahoo.com.br
Paulo Vicente	FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação	paulo.vicente@fao.org
Paulo Wime	UNACA - União Nacional das Organizações de Camponeses Angolanos	
Regina Miranda	CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL)	reginica@via-rs.net
Renato Raimundo	ASD - Acção de Solidariedade e Desenvolvimento	
Rogério Bernardo	AGROMARKET	
Rosa Pacavira	Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto	rosapacavira@portugalmail.com
Sara Vieira	SINFIC - Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, SARL	sara.amaral.vieira@gmail.com
Sónia Ferreira	OKUTIUKA - Acção pela Vida	tiuka@altern.org
Tania Nogueira	ISPRA/Secretariado	buchitanogueira@yahoo.com.br

Tomas Siteo	SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (MOÇAMBIQUE)	
Vicent Panzani	Acción Contra el Hambre	hop1-ao-lg@acf-e.org
Violanda Carvalho	ISPRA/Secretariado	
Xavier Papet	FIAN - FoodFirst Information and Action Network	fianfrance@no-log.org
Zeferino Cavalo	ADRA - Antena da Huila	zeferinocavalo@yahoo.com.br

**Declaração das Organizações da Sociedade Civil Angolana e estrangeira
presentes no Seminário Internacional
“Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”**

21 (vinte e uma) organizações da sociedade civil de Angola e internacionais estiveram presentes no Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”, organizado por ActionAid através da Rede Internacional de Segurança Alimentar, ADRA, ESAC, Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, ISPRA e Vicentina, com apoio de FAO, AECI e União Europeia, nos dias 12 e 13 de Junho, no Lubango.

Durante estes dois dias, estas organizações, conjuntamente com representantes do governo Angolano e organismos internacionais discutiram a problemática do direito humano à alimentação, a segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural em Angola e partilharam experiências de outros países, nomeadamente Brasil e Moçambique.

As organizações aqui reunidas concluíram pela importância do tema do Direito Humano à Alimentação Adequada e sua integração na agenda de uma estratégia e políticas de segurança alimentar e nutricional. Também concordaram na necessidade de reforçar as capacidades e coordenação entre organizações da sociedade civil, de forma a poderem participar com maior qualidade no diálogo com governo, universidades e organismos internacionais, para a construção desta estratégia. Nesse sentido, entenderam reunir esforços para a construção de uma rede temática de SAN.

Para dar início a esse processo serão sistematizados pela organização do seminário os documentos de trabalho apropriados e serão convidadas a participar deste esforço de construção da rede outras organizações que não puderam estar presentes no Lubango. Uma nova reunião será convocada oportunamente para discussão e aprovação dos mesmos e definição de acções futuras.

Os signatários manifestam a sua firme convicção de que uma sociedade civil reforçada em suas capacidades de análise e formulação de propostas será um importante contributo para a manutenção do diálogo aqui iniciado e, conseqüente construção de uma estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional.

Lista de organizações:

ACCORD
ACH – Acción Contra el Hambre
ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento
ActionAid Internacional
ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Participativo do Sul de Angola
ADESPOV – Associação de desenvolvimento e Enquadramento da População Vulnerável
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Caritas Angola
Agromarket
APN – Ajuda Popular da Noruega
Associação Mulheres Empresárias da Huíla
ASD – Acção de Solidariedade e Desenvolvimento
CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
FIAN Internacional
FONGA – Fórum das ONGs Angolanas
Horizonte
ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola
MAFIKU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário
OKUTIUKA
UNACA – União Nacional das Organizações de Camponeses Angolanos
SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria
SODEMAT – Matala
SNV - Organização Holandesa de Desenvolvimento
World Vision

**Declaração das Organizações presentes no
Seminário Internacional
“Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”**

73 representantes de organizações da sociedade civil de Angola e internacionais, instituições académicas, membros de órgãos do governo de Angola, Moçambique e Brasil, e organismos internacionais estiveram presentes no Seminário Internacional “Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural”, organizado por ActionAid através da Rede Internacional de Segurança Alimentar, ADRA, ESAC, Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, ISPRA e Vicentina, com apoio da FAO, AECI e a União Europeia, nos dias 12 e 13 de Junho, no Lubango.

Durante estes dois dias, organizações da sociedade civil, conjuntamente com representantes do governo e organismos internacionais discutiram a problemática do direito humano à alimentação, a segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural em Angola, o processo em curso de construção da estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional pelo governo Angolano com apoio da FAO, e partilharam experiências de outros países, nomeadamente Brasil e Moçambique.

As organizações aqui reunidas sugeriram que, atendendo à importância do tema do Direito Humano à Alimentação Adequada, a sua integração na estratégia e nas políticas de segurança alimentar e nutricional é essencial. Atendendo à decisão de criação de uma rede da sociedade civil para a SAN, todos os participantes discutiram a necessidade de criar mecanismos que facilitam a participação desta no diálogo com o governo e organismos internacionais, no que diz respeito às estratégias e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional.

Em particular, identificaram-se algumas ações que podem contribuir significativamente para a construção institucional da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em Angola, que são as seguintes:

- ✓ Realização de um diagnóstico institucional com a participação da sociedade civil e Estado para identificar quais os grupos provinciais de segurança alimentar, que já existem e quais as organizações que fazem parte;
- ✓ Uniformização de conceitos e princípios básicos sobre segurança alimentar e nutricional
- ✓ Constituição uma estrutura supra-ministerial, ao mais alto nível (vinculada à Presidência da República, Gabinete I Ministro), para coordenar políticas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional, tal como sugerido na carta conjunta sobre o “Estudo de Caso sobre Alimentação e Nutrição no contexto do DHAA”
- ✓ Promoção da participação da sociedade civil a 3 níveis: Nacional, Regional/Provincial e Municipal, tendo em consideração a representação das comunidades e organizações de base nos vários espaços de participação;
- ✓ Sensibilização e divulgação das iniciativas e programas relacionados com a segurança alimentar e nutricional e com o DHAA;
- ✓ Constituição de um Observatório Social com a função de monitorar, avaliar e controlar as ações no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional;

Os signatários manifestam o seu apreço pela oportunidade de diálogo gerada por este seminário e pelo apoio das universidades aqui presentes, pelo que procurarão criar novos momentos para dar continuidade a este frutífero diálogo entre sociedade civil, instituições académicas, Estado e organismos internacionais.

Lista de organizações presentes no seminário
ACCORD

ActionAid International
ACH – Acción Contra el Hambre
ACORD – Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento
ActionAid Internacional
ADCP – Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Participativo do Sul de Angola
ADESPOV – Associação de Desenvolvimento e Enquadramento da População Vulnerável
ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Caritas Angola
Agromarket
ANGOP – Agência de Notícias Angola Press
APN – Ajuda Popular da Noruega
Associação Mulheres Empresárias da Huíla
ASD – Acção de Solidariedade e Desenvolvimento
CIC – Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar do Brasil
Direcção Provincial de Agricultura (Huila)
Escola Superior Agrícola de Coimbra
Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Agostinho Neto
Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIAN Internacional
FONGA – Fórum das ONGs Angolanas
Grupo de Análise de Vulnerabilidade
Horizonte
Instituto de Desenvolvimento Agrário (Huila)
Instituto de Investigação Veterinária (Namibe)
Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro
ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola
MAFIKU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Comunitário
Ministério da Saúde (Sector Nutrição)
OKUTIUKA
ROSA – Rede de Organizações em Soberania Alimentar de Moçambique
UNACA – União Nacional das Organizações de Camponeses Angolanos
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para as Crianças e Educação
UNHRO – Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola
PAM – Programa Mundial de Alimentos
SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar de Moçambique
SINFIC – Sistemas de Informação Industriais e Consultoria
SODEMAT – Matala
SNV - Organização Holandesa de Desenvolvimento
World Vision

Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação

In : AngolaPress - 05/06/2007

A província da Huíla acolhe, este mês, um seminário internacional sobre "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural", visando analisar e discutir o papel do Estado na promoção da segurança alimentar, soube hoje a Angop.

O seminário, que vai decorrer de 12 a 14 do corrente mês, visa também analisar o papel do Estado olhando particularmente para as políticas públicas e estrutura institucional existente.

" Contribuir para o debate da sociedade civil sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação e, conseqüentemente, a adopção de políticas e estratégias intersectoriais que envolvam os vários quadrantes governamentais, numa lógica de acção colectiva e concertada", é outro dos objectivos do encontro.

É também objectivo do seminário discutir o conceito de direito à alimentação como parte integrante do Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, assim como o conteúdo das Directrizes Voluntárias elaboradas e aprovadas pela FAO, envolvendo os representantes de várias organizações e agências das Nações Unidas.

O seminário, promovido por organizações nacionais e internacionais, com destaque para o Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), realizar-se-á na sala de conferências dos Reais Paços de Maconge, Senhora do Monte, no Lubango, e congregará especialistas oriundos do Brasil, Portugal e Moçambique.

No encontro serão discutidos os painéis "Direito à Alimentação Adequada", "Construção da Segurança Alimentar em Angola", "Construção da Segurança Alimentar em Moçambique e no Brasil", "Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural em Angola" e as "Filosofias e Metodologias de trabalho no Desenvolvimento Rural".

"A Promoção do Desenvolvimento Rural e Local em Portugal" e as "Universidades e a Promoção da Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Rural" são ainda painéis a serem discutidos neste seminário.

Actualmente Angola e Moçambique estão a rever as suas estratégias nacionais de segurança alimentar e de combate à pobreza e procuram formas de integrar o Direito à Alimentação na sua legislação interna, de acordo com as directrizes emitidas pelo FAO.

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acessos físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável, segundo defende a Declaração de Roma, de 1996.

Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma no seu artigo 45 que "toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente que lhe assegure a si e à sua família, saúde e bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica (...)".

O seminário é organizado ainda pelo Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA, campus do Lubango), Vicentina - Associação de Desenvolvimento Local, Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e International Food Security Network (IFSN, ActionAid International).

Direito à alimentação e desenvolvimento em análise

In: Canal A Rádio Nacional de Angola (06-06-2007) <http://www.rna.ao/canala/noticias.cgi?ID=15945>

A província da Huíla acolhe este mês, um seminário internacional sobre "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural".

O seminário visa analisar e discutir o papel do Estado na promoção da segurança alimentar e vai decorrer de 12 a 14 do corrente de Junho.

" Contribuir para o debate da sociedade civil sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação e, conseqüentemente, a adopção de políticas e estratégias intersectoriais que envolvam os vários quadrantes governamentais, numa lógica de acção colectiva e concertada", é outro dos objectivos do encontro.

É também objectivo do seminário discutir o conceito de direito à alimentação como parte integrante do Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, assim como o conteúdo das Directrizes Voluntárias elaboradas e aprovadas pela FAO. O seminário, promovido por organizações nacionais e internacionais, com destaque para o Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, congregará especialistas oriundos do Brasil, Portugal e Moçambique.

No encontro serão discutidos os painéis "Direito à Alimentação Adequada", "Construção da Segurança Alimentar em Angola", "Construção da Segurança Alimentar em Moçambique e no Brasil", "Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural em Angola" e as "Filosofias e Metodologias de trabalho no Desenvolvimento Rural".

"A Promoção do Desenvolvimento Rural e Local em Portugal" e as "Universidades e a Promoção da Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Rural", são ainda painéis a serem discutidos neste seminário.

O seminário é organizado ainda pelo Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), campus do Lubango, Associação de Desenvolvimento Local, Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e International Food Security Network (IFSN, ActionAid International).

Huíla: Direito à Alimentação e Desenvolvimento debatido no Lubango

In: AngolaPress 12/06

Lubango, 12/06 - O seminário internacional sobre "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural" decorre, de hoje até dia 14 do mês em curso, na sala de conferências dos Reais Paços de Maconge, Senhora do Monte, no Lubango, província da Huíla.

O fórum é uma promoção do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola, a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e outros parceiros nacionais e internacionais.

A sua realização tem como objectivo analisar e discutir o papel do Estado na promoção da segurança alimentar, bem como as políticas e estruturas institucionais existentes para a sua defesa.

Visa ainda contribuir para o debate da sociedade civil sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação e, conseqüentemente, a adopção de políticas e estratégias intersectoriais que envolvam os vários quadrantes governamentais, numa lógica de acção colectiva e concertada.

É também objectivo deste seminário discutir o conceito de direito à alimentação como parte integrante do Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, assim como o conteúdo das Directrizes Voluntárias elaboradas e aprovadas pela FAO, envolvendo os representantes de várias organizações e agências das Nações Unidas.

No encontro são discutidos os painéis "Direito a Alimentação Adequada", "Construção da Segurança Alimentar em Angola", "Construção da Segurança Alimentar em Moçambique e no Brasil", "Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural em Angola" e as "Filosofias e Metodologias de trabalho no Desenvolvimento Rural".

"A Promoção do Desenvolvimento Rural e Local em Portugal" e as "Universidades e a Promoção da Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Rural" são ainda outros painéis a serem discutidos neste seminário.

Actualmente Angola e Moçambique estão a rever as suas estratégias nacionais de segurança alimentar e de combate à pobreza. Procuram formas de integrar o Direito à Alimentação na sua legislação interna, de acordo com as directrizes emitidas pelo FAO.

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económicos a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável, segundo defende a Declaração de Roma, de 1996.

Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma no seu artigo 45 que "toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente que lhe assegure a si e à sua família, saúde e bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica (...)".

Huíla: Defendida congregação de esforços no combate à pobreza e na segurança alimentar

In: AngolaPress 12/06

Huíla, 12/06 – A oficial de programa do Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Kamia Carvalho, defendeu hoje, no Lubango, a necessidade das instituições, estatais e privadas congregarem esforços para combater a pobreza e garantir a segurança alimentar.

Falando na abertura do seminário internacional sobre "Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural", a decorrer até ao dia 14 do corrente mês, na cidade do Lubango, a oficial considerou haver necessidade de se dar resposta à problemática da fome, segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Para ela, estas três questões devem ser encaradas, primeiramente, na vertente dos direitos humanos, exigindo o envolvimento de membros do governo, sociedade civil, académicos, entre outros, de maneira a garantir-se o desenvolvimento das pessoas, independentemente das sua localização.

"A abordagem do desenvolvimento rural é um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento humano e não pode ser tratada de forma alheia aos direitos humanos", explicou a responsável.

Kamia Carvalho argumentou existir segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económicos a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável.

Sobre o seminário, disse esperar um debate franco e profundo que resulte em conclusões capazes de contribuir para o reforço da segurança alimentar e das políticas e estruturas institucionais existentes.

O encontro visa ainda contribuir para o debate da sociedade civil sobre a necessidade da construção institucional do direito à alimentação e, conseqüentemente, a adopção de políticas e estratégias intersectoriais que envolvam os vários quadrantes governamentais, numa lógica de acção colectiva e concertada.

É promovido por organizações nacionais e internacionais, com destaque para o Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA). Congregará especialistas oriundos do Brasil, Portugal e Moçambique.

No encontro são discutidos os painéis "Direito à Alimentação Adequada", "Construção da Segurança Alimentar em Angola", "Construção da Segurança Alimentar em Moçambique e no Brasil", "Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural em Angola" e as "Filosofias e Metodologias de trabalho no Desenvolvimento Rural".

"A Promoção do Desenvolvimento Rural e Local em Portugal" e as "Universidades e a Promoção da Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Rural" são ainda outros painéis a serem discutidos neste seminário.

O seminário é organizado ainda pelo Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA, campus do Lubango), Vicentina - Associação de Desenvolvimento Local, Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e International Food Security Network (IFSN, ActionAid International).

Fome atinge 854 milhões de pessoas no mundo

In: AngolaPress 13/06

Lubango, 13/06 – O relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, revelou hoje que o número de pessoas a sofrer de fome no mundo tem vindo a aumentar desde 1996, atingindo os 854 milhões em 2006.

Numa mensagem endereçada aos participantes do Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural, que decorre desde terça-feira na província da Huíla, em Angola, o responsável refere que mais de seis milhões de crianças ainda morrem todos os anos antes dos cinco anos de idade.

“Apesar de todos os compromissos assumidos pelos governos, em 1996, na primeira Cimeira Mundial de Alimentação e, novamente, na Cimeira do Milénio, em 2000, quase nenhum progresso se registou na redução da fome”, explica.

Para ele, esta situação é inaceitável, porquanto todos os seres humanos têm direito de viver com dignidade, livres da fome.

Por esta razão, sublinha que o seminário que decorre no Lubango é essencial, porquanto certamente contribuirá para a construção de um quadro institucional que assegurará o direito à alimentação em Angola.

“As discussões que ligam o desenvolvimento rural e o direito à alimentação, considerando a actual fase de desenvolvimento em Angola, serão uma contribuição valiosa”, frisa.

Sobre o envolvimento da sociedade civil neste processo, afirma ser de vital importância, reiterando a necessidade de se reforçar as redes para participarem no mesmo.

Manifestando-se satisfeito pela possibilidade da criação de uma rede nacional de segurança alimentar em Angola, disponibilizou-se a apoiar futuras acções deste mesmo processo.

Congratulou-se com a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (Adra), Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Instituto Superior Privado de Angola (Ispra), Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) e International Food Security Network (IFSN, ActionAid International) pela organização do seminário.

O seminário realiza-se na sala de conferências dos Reais Paços de Maconge, Nossa Senhora do Monte, e congrega especialistas de Angola, Brasil, Portugal e Moçambique.

O mesmo visa analisar e discutir o papel do Estado na promoção da segurança alimentar, bem como as políticas e estruturas institucionais existentes para a defesa destes e contribuir para o debate da sociedade civil.

É também objectivo deste seminário discutir o conceito de direito à alimentação como parte integrante do Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, assim como o conteúdo das Directrizes Voluntárias elaboradas e aprovadas pela FAO, envolvendo os representantes de várias organizações e agências das Nações Unidas.

ADRA incentiva promoção dos produtores nacionais

In: Canal N'gola Yetto (14-06-2007) <http://www.rna.ao/ngolayeto/noticias.cgi?ID=16044>

O Governo angolano deve traçar e implementar políticas, bem como aprovar leis que promovam os produtores nacionais, de modo a contribuir para o desenvolvimento do sector agrícola e do meio rural.

Quem defende este tipo de incentivos é o vice-presidente da Acção de Desenvolvimento Rural em Angola (ADRA), Guilherme Santos.

Falando à margem do seminário Internacional Sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural, que decorre na cidade do Lubango, província da Huíla, o responsável disse ser necessária a criação de políticas que permitam aos empresários

nacionais investir na agricultura.

Das políticas do Governo, disse, deve-se dar prioridade o acesso ao crédito bancário e ao investimento nas zonas rurais, de modo a evitar o êxodo e concentração de pessoas nas zonas urbanas.

No mundo, observou, alguns governos subsidiam os seus empresários para investirem na agricultura, garantindo, deste modo, o desenvolvimento rural e a produção agrícola.

O seminário é uma promoção dos Escritórios dos Direitos Humanos das Nações Unidas no país, em parceria com a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e os parceiros nacionais e internacionais.

O evento visa analisar e discutir, entre outras questões, o papel do Estado na promoção da segurança alimentar e as políticas e estruturas institucionais existentes para a sua defesa.

Os participantes estão a passar em revista o "Direito a Alimentação Adequada", "Construção da Segurança Alimentar em Angola", "Construção da Segurança Alimentar em Moçambique e no Brasil", e "Segurança Alimentar, o Desenvolvimento Rural em Angola", entre outros temas.

Governo empenhado na definição de estratégias de segurança alimentar

In: AngolaPress 14/06

Lubango, 14/06 - O Governo angolano está empenhado, através de dialogo constante e permanente com as organizações que actuam em prol do desenvolvimento de Angola, na definição de estratégias que visem a segurança alimentar.

A informação foi prestada hoje pela assessora da directora provincial da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Huíla, Paula Jacob, na cerimónia de encerramento do Seminário Internacional sobre Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural.

Segundo a assessora, o Governo angolano reconhece o apoio das organizações da sociedade civil e conta com todas na definição de futuras acções, para melhorar a segurança alimentar das populações do país.

O executivo, explica Paula Jacob, está particularmente atento às populações mais vulneráveis, caso das mulheres, crianças e os idosos, e continua a envidar esforços para a melhoria das suas condições de vida.

"A segurança alimentar é crucial para a redução da pobreza", disse a representante, para quem o seminário foi profícuo e serviu para reforçar as acções dinamizadas pelos vários actores.

O seminário congregou 73 representantes de 21 organizações da sociedade civil de Angola e abordou a problemática dos direitos humanos, a alimentação, a segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural em Angola.

No encontro, foram partilhadas as experiências do Brasil e de Moçambique.

O evento foi organizado pela International Food Security Network, através da Rede Internacional de Segurança Alimentar, Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental, Escritório das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Instituto Superior Privado de Angola e Escola Superior Agrária de Coimbra.
